



<u>ÍNDICE</u>

1. INTRODUÇÃO	03
2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS	04
3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	08
 I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022 	08
II - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia	38
III - Deliberação sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração	44
IV - Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração	45
 V - Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2023 	53
VI - Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2023 VII - Caso aprovada a matéria do item "VI" acima, eleger 3 membros efetivos e	76
seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia	77
4. MANUAL DA PLATAFORMA	91



1. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Irani Papel e Embalagem S.A. ("<u>Companhia</u>") vem apresentar a seguir informações acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("<u>AGO</u>"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2023, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do disposto na Resolução CVM nº 81/2022, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas.

A Companhia preparou a presente Proposta da Administração e Manual de Participação ("<u>Proposta</u>"), em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Diretoria de Relações com Investidores para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Serão deliberadas, em sede de Assembleia Geral Ordinária, as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022;
- II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- III. Deliberação sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;
- IV. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração;
- V. Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2023;
- VI. Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2023, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e
- VII. Caso aprovada a matéria do item "VI" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

A proposta da Administração sobre os itens da AGO e as informações sobre cada uma das matérias estão detalhadas no item 3 desta Proposta.

Além das informações contidas nesta Proposta, V.Sas. poderão sanar eventuais dúvidas em relação às matérias em pauta por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através do e-mail <u>ri@irani.com.br</u> ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071), a qual, desde já, encontra-se à vossa disposição para atendê-los prontamente.

Porto Alegre, RS, 23 de março de 2023.

A Administração Irani Papel e Embalagem S.A.



2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Ten Meetings.

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia no dia da realização da AGO, por si ou por representantes legais.

Para assegurar a autenticidade dos acionistas que participarão da AGO por meio da plataforma digital Ten Meetings, e visando à segurança da AGO, os acionistas deverão credenciar-se previamente, nos termos a seguir expostos, até às **10h do dia 22 de abril de 2023 (inclusive)** ("Acionistas Credenciados"). O acesso à AGO por meio da plataforma digital Ten Meetings será restrito aos Acionistas Credenciados.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGO, deverão acessar o site da Companhia, no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=B001A683DC1C, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, quais sejam:

Informar:

a.1. se está representando algum acionista, incluindo no próprio corpo do e-mail, o nome/razão social e CPF/CNPJ do(s) Acionista(s) que representará;

Para Pessoas Físicas:

b.1. cópia do documento de identidade original com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

- c.1. cópia do último estatuto ou do contrato social consolidado, acompanhado de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, no trimestre em curso;
- c.2. cópia dos documentos societários que comprovem os poderes de representação;

Para Fundos de Investimento:

- d.1. cópia do último regulamento consolidado do fundo;
- d.2. cópia do estatuto ou do contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, acompanhados de certidão simplificada da personalidade jurídica, expedida pelo órgão registrador.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Caso o acionista se faça representar por procurador (acionista ou administrador da companhia ou, ainda, advogado), além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, emitida em prazo inferior a um ano contado da data da AGO, nos termos do §1º do art. 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das S.A.</u>"), por instrumento público ou particular, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração.

Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de



representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Os convites individuais para admissão e participação na AGO serão remetidos aos e-mails que forem cadastrados na plataforma Ten Meetings e enviarem os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei das S.A. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização.

Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o convite individual para participação na AGO até às 12hs do dia 22 de abril de 2023, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail <u>ri@irani.com.br</u> ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071) até às 12hs do dia 23 de abril de 2023, para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

Para assegurar a autenticidade e a segurança e, ainda, garantir o registro de presença dos Acionistas Credenciados e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave, a Companhia informa que a AGO será integralmente gravada.

Ressalta-se que, tanto os acionistas que optarem por votar por meio do boletim de voto a distância (conforme a seguir especificado), quanto os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital Ten Meetings, serão considerados presentes na AGO e signatários da respectiva ata e livro de presença.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista Credenciado venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista Credenciado na AGO por meio da plataforma digital Ten Meetings.

É recomendável que os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Ten Meetings e com as suas funcionalidades, bem como garantam a compatibilidade de seu computador com a utilização da referida plataforma, inclusive a habilitação de vídeo e áudio. O acionista ou procurador também deverá realizar o cadastro completo na plataforma tão logo receba o link, pois o mesmo ainda será validado pela Companhia. Uma vez validado o cadastro pela Companhia, o acionista ou procurador poderá assistir a AGO pelo computador, na plataforma eletrônica Ten Meetings.

A fim de evitar atrasos no início dos trabalhos, a Companhia solicita que, no dia da AGO, os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital Ten Meetings com, no mínimo, 60 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da AGO.

Boletim de Voto a Distância

Alternativamente à participação por meio da plataforma, o acionista poderá participar da AGO por meio do envio do boletim de voto a distância. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância deverá: (i) preencher o boletim de voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto ao Banco Escriturador; ou, (iii) transmitir as instruções de voto ao Agente de Custódia.



Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, o acionista deverá encaminhar aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail <u>ri@irani.com.br</u>, cópias simples dos documentos indicados a seguir, até **17 de abril de 2023 (inclusive)**.

Os documentos a serem encaminhados são os seguintes:

- i. via física original do boletim relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- ii. os demais documentos listados a seguir:

Para Pessoas Físicas:

a.1. cópia do documento de identidade original com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

- b.1. cópia do último estatuto ou do contrato social consolidado, acompanhado de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, no trimestre em curso;
- b.2. cópia dos documentos societários que comprovem os poderes de representação;

Para Fundos de Investimento:

- c.1. cópia do último regulamento consolidado do fundo;
- c.2. cópia do estatuto ou do contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, acompanhados de certidão simplificada da personalidade jurídica, expedida pelo órgão registrador.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Caso o boletim de voto a distância seja assinado por procurador, além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, por instrumento público ou particular, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração.

Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos por meio do e-mail acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço de e-mail informado pelos acionistas no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias corridos contados do seu recebimento, sobre a validade do boletim de voto a distância e dos documentos que o acompanham. A Companhia comunicará aos acionistas, no mesmo prazo, sobre eventual necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou dos documentos que o acompanham. Entretanto, caso o acionista não preencha o boletim na íntegra, ou o boletim contenha itens preenchidos incorretamente e o prazo de retificação/reenvio acima mencionado já



tenha se esgotado, serão computados pela Companhia os quesitos para os quais o preenchimento no boletim foi feito de forma correta e rejeitados itens específicos que apresentaram problemas no preenchimento. Serão desconsiderados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) fora dos prazos previstos.

Conforme facultado pelo artigo 27 da Resolução CVM 81, os acionistas da Companhia podem enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam enviadas no prazo de até **17 de abril de 2023 (inclusive)**. Referidos prestadores de serviço estão autorizados, nos termos da regulamentação vigente, a recusar instruções de voto enviadas por acionistas cujo cadastro esteja desatualizado.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou por intermédio do escriturador da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A. O agente de custódia e o Itaú Corretora de Valores S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia no momento de realização da assembleia geral, após o recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

O Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, receberá o boletim dos acionistas da Companhia. Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices.

Ambos, agente de custódia e escriturador, comunicarão diretamente aos acionistas que os utilizarem o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Vale ressaltar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81, a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF e CNPJ.

O acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância poderá também, se assim desejar, cadastrar-se para participar da AGO por meio da plataforma eletrônica anteriormente referida, desde que o faça na forma e no prazo descritos nesta Proposta, hipótese em que tal acionista poderá: (i) acompanhar virtualmente a AGO; ou (ii) participar e votar na AGO, situação em que todas as instruções de voto recebidas previamente por meio do boletim de voto a distância para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.



3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia submete à AGO as propostas a seguir descritas.

I. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2022

Informações disponibilizadas em cumprimento ao disposto no artigo 10°, incisos I, II e IV e parágrafo único, inciso I da Resolução CVM 81, referentes ao relatório da administração, cópia das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e formulário de demonstrações financeiras padronizadas (DFP) relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022 já divulgados no website da Companhia, da CVM e da B3 no dia 24.02.2023 e publicados nos jornais "Jornal do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul" de Porto Alegre, e "Valor Econômico", regional São Paulo

Informações disponibilizadas em cumprimento ao disposto no artigo 10°, inciso III da Resolução CVM 81, referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 Comentários dos Administradores do Formulário de Referência, estão a seguir:

2.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações constantes deste anexo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações e informações financeiras consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia" ou "Irani"), disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria Estatutária da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria Estatutária entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para cumprir com todas as suas obrigações de curto e longo prazo, gerindo suas estratégias financeiras e de negócio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida da Companhia foi de R\$ 1.686.666 mil, representando um crescimento de 5,0% em relação ao mesmo período de 2021, que foi de R\$ 1.605.834 mil. O lucro líquido consolidado da Companhia em 2022 foi de R\$ 378.210 mil,



representando um crescimento de 32,6% em relação ao mesmo período de 2021, que foi de R\$ 285.313 mil, reflexo do melhor desempenho operacional. O EBITDA Ajustado de 2022 foi de R\$ 537.988 mil, apresentando crescimento de 8,9% quando comparado a R\$ 493.921 mil no mesmo período de 2021. Com isso, a margem do EBITDA Ajustado da Companhia foi de 31,9% em 2022, contra 30,8% no mesmo período de 2021. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,38 em dezembro de 2022, contra 0,78 vezes no final de 2021. A elevação do indicador deveu-se pelos desembolsos da execução dos investimentos da Plataforma Gaia. Em 31 de dezembro de 2022, 15,3% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 273.464 mil, conforme descrito no item 2.1 (f) a seguir, sendo que a soma de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras consolidados totalizavam R\$ 1.049.208 mil.

A Diretoria Estatutária da Companhia entende que um índice de alavancagem na casa das 2,5 vezes (medido por meio do índice Dívida Líquida /EBITDA Ajustado) propicia uma estrutura de capital otimizada, mantidos prazos médios de liquidação das dívidas acima de 30 meses e um saldo mínimo de caixa consolidado de R\$ 150.000 mil. Circunstancialmente, em fase de investimentos até 18 meses, é admitido um índice de alavancagem maior, até o limite de 3,5 vezes. O Conselho de Administração aprovou em 19 de agosto de 2020 a Política de Gestão Financeira, que define esses indicadores bem como a estrutura de capital que entende adequada composta por 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros.

A tabela a seguir mostra um resumo dos principais índices de alavancagem financeira da Companhia para os períodos indicados:

R\$ mil	Exercício Social 31 de dezembro de 2022	Exercício Social 31 de dezembro de 2021
Dívida Bruta (1)	1.791.128	892.740
Dívida Líquida (2)	741.920	386.472
	378.210	285.313
Lucro líquido do exercício		
EBITDA ajustado (3)	537.988	493.921
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (4)	1,38	0,78

Dívida bruta é calculada somando os empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos swap.

⁽²⁾ Dívida líquida é calculada diminuindo da dívida bruta as disponibilidades.



- (3) EBITDA Ajustado: (i) Lucro líquido do exercício, ii) mais Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos; iii) pela exaustão, depreciação e amortização e resultado financeiro; iv) pela variação do valor justo dos ativos biológicos; v) participação dos administradores vi) por outros eventos que não são decorrentes das atividades operacionais da empresa no exercício em que foram reconhecidos, conforme a seguir:
 - (a) para o exercício social de 2021, a participação dos administradores no valor de R\$ 14.032 mil, resultado da venda de ativos de operação descontinuada no valor de (R\$ 2.165 mil), e créditos de ação judicial sobre juros abusivos SP Precatórios de (R\$ 2.365 mil), conforme nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2021. (b) para o exercício social de 2022, a participação dos administradores no valor de R\$ 15.452 mil, recomposição do fator de cálculo da Subvenção no valor de R\$ (17.229), e também crédito PIS e COFINS sobre depreciação no valor de R\$ (R\$ 3.225 mil), venda de ativo de operação descontinuada no valor de R\$ (7.274) mil, provisão para Contingência INSS Cont. Substitutiva no valor de R\$ 6.376 conforme nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2022.
- (4) Dívida líquida / EBITDA Ajustado é calculado dividindo a dívida líquida pelo EBITDA Ajustado.

b) estrutura de capital

	2022	ah%	2021
Divida Bruta	1.791.128	100,6	892.740
Disponibilidades (1)	(1.049.208)	107,2	(506.268)
Dívida líquida (2)	741.920	92,0	386.472
		•	
Patrimônio líquido	1.125.085	17,5	957.438
Capital social realizado	543.934	-	543.934
Índice de endividamento líquido (3)	0,66		0,40
,	· ·		•
% Capital de terceiros (4)	61,4%		48,3%
% Capital próprio (5)	38,6%		51,7%

- (1) Disponibilidades são calculadas pela soma de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.
- (2) Dívida líquida é calculada diminuindo da dívida bruta as disponibilidades.
- (3) O índice de endividamento líquido é calculado dividindo a dívida líquida pelo Patrimônio líquido.
- (4) % Capital de terceiros é calculado dividindo a dívida bruta pela soma da dívida bruta mais Patrimônio líquido.
- (5) % Capital próprio é calculado dividindo o Patrimônio líquido pela soma da dívida bruta mais Patrimônio líquido.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria Estatutária da Companhia entende que seu fluxo de caixa operacional, incluindo suas disponibilidades de caixa e equivalentes e aplicações financeiras e saldos de Bancos conta vinculada, nos patamares apresentados, permitem os pagamentos dos compromissos da estrutura de dívida da Companhia assumida no curto e no longo prazo, inclusive com relação aos índices financeiros (covenants) previstos nos contratos firmados pela Companhia.

A dívida bruta era de R\$ 892.740 mil em 2021 e R\$ 1.791.128 mil em 2022. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado apresentou variação, passando de 0,78 vezes em 31 de dezembro de 2021 e 1,38 vezes em 31 de dezembro de 2022. A elevação do indicador deve-se pelos desembolsos da execução dos investimentos da Plataforma Gaia.



Em 31 de dezembro de 2022, o total do passivo circulante a ser cumprido no exercício de 2023 correspondia a um valor de R\$ 577.460 mil enquanto o total do ativo circulante a receber consolidado representava R\$ 1.505.181 mil.

A Companhia tem ainda como alternativa, para sustentar seus projetos, a manutenção ou obtenção de linhas de financiamento de longo prazo, as quais acredita que continuarão disponíveis considerando o cenário atual de mercado e a qualidade de crédito da Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia o seu capital de giro, quando necessário, bem como os seus investimentos, por meio de operações de empréstimos e financiamentos principalmente junto a instituições financeiras, bancos de desenvolvimento e no mercado de capitais de dívida e de ações.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria Estatutária acredita que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia, juntamente com o saldo de caixa, disponibilidade de acesso ao mercado de capitais e a linhas de crédito de curto e longo prazo disponíveis junto a instituições financeiras serão suficientes para equacionar eventuais deficiências de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, bem como o cumprimento dessas restrições.

As tabelas a seguir demonstram as dívidas bruta e líquida de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:



Moeda Nacional	233.166	270,5	62.936
Moeda estrangeira	40.298	41,7	28.448
Total curto prazo	273.464	199,2	91.384
Dívidas de longo prazo			
Moeda Nacional	1.517.664	89,4	801.356
Moeda estrangeira		-	-
Total longo prazo	1.517.664	89,4	801.356
Total de divídas brutas (1)	1.791.128	100,6	892.740
(-) Disponibilidades ⁽²⁾	(1.049.208)	107,2	(506.268)
Dívida líquida	741.920	92,0	386.472
Patrimônio líquido	1.125.085	17,5	957.438
Capital social realizado	543.934	-	543.934
ouplial ocolal roulizado	3-10.50-1		3-10.50-1

⁽¹⁾ Dívida bruta é calculada somando os empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - swap.;

Níveis de Endividamento

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 1.791.128 mil, dos quais R\$ 273.464 mil (15,3%) representavam dívidas de curto prazo e R\$ 1.517.664 mil (84,7%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 892.740 mil, dos quais R\$ 91.384 mil (10,2%) representavam dívidas de curto prazo e R\$ 801.356 mil (89,8%) dívidas de longo prazo.

A dívida líquida (dívida bruta menos as disponibilidades) foi de R\$ 741.920 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 386.472 mil em 31 de dezembro de 2021.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento bruto consolidado da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

⁽²⁾ As disponibilidades são calculadas pela soma de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.



(em milhares de R\$)		31.12.22	31.12.21
Circulante	Encargos anuais %		
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,76%, TJLP + 5,10%, Selic + 3,72%, IPCA + 6,24%	7.235	5.788
Debêntures	CDI + 4,50% a.a.	206.333	22.072
Debêntures	IPCA + 5,50% a.a.	112	118
Debêntures	CDI + 1,51% a.a	19.617	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	ativo IPCA 5,50% e passivo CDI + 0,71%	(131)	52
Total moeda nacional		233.166	62.936
Moeda estrangeira			
Adiantamento de contrato de câmbio	Fixo a 4.62%	40.298	28.448
Total moeda estrangeira	11.00 0 1,0270	40.298	28.448
Total do circulante		273.464	91.384
Não Circulante			
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,76%, TJLP + 5,10%, Selic + 3,72%, IPCA + 6,24%	412.672	236.862
Debêntures	CDI + 4,50% a.a.	334.246	499.836
Debêntures	IPCA + 5,50% a.a.	68.104	64.291
Debêntures	CDI + 1,51% a.a	703.558	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	ativo IPCA 5,50% e passivo CDI + 0,71%	(916)	367
Total moeda nacional		1.517.664	801.356
Total do não circulante		1.517.664	801.356
Total		1.791.128	892.740

Financiamentos em moeda nacional:

- a) <u>Finame</u>: A Companhia possui 6 contratos de repasse de linhas de Finame do BNDES celebrados com as seguintes instituições financeiras: Banrisul S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A. no valor total de R\$ 374 mil. Todos estes contratos têm por objeto o financiamento de máquinas e equipamentos, com vencimento final entre 2023 e 2024. Todos os equipamentos financiados por meio da linha Finame estão onerados ao respectivo credor. Adicionalmente a companhia possui um contrato de Finame Direto junto ao BNDES, com saldo de R\$ 419.533 mil, destinado à execução dos investimentos previstos na Plataforma Gaia. A operação possui vencimento em 2038 e é garantida por fiança bancária.
- b) Instrumentos financeiros derivativos swap: A Companhia possui um contrato de instrumento financeiro derivativo swap, com o objetivo de troca de taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures, cujo montante na data de sua emissão era de R\$ 60.000, de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, o swap contratado é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor justo. A contratação do swap foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

c) <u>Debêntures</u>:

(c.1) 3ª Emissão de Debêntures da Companhia: Em 24 de junho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 3ª emissão pública de debêntures simples (verdes), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com



garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, composta por 580.000 (quinhentos e oitenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 580.000, observada a possibilidade de distribuição parcial de debêntures, desde que haja colocação de, pelo menos, o montante de 500.000 (quinhentas mil) debêntures, totalizando o montante mínimo de R\$ 500.000 respectivamente). Em 31 de julho de 2019 foi realizada a distribuição parcial das debêntures e, sendo assim, a Emissão foi composta por 505.000 (quinhentas e cinco mil) debêntures verdes, com valor nominal unitário de R\$1 totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 505.000, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. O prazo de vencimento das debêntures da 3ª emissão é em 19 de julho de 2025. As garantias desta emissão são compostas por terras, florestas, planta de celulose e papel localizada em Santa Catarina, máquinas e equipamentos localizados na referida planta e recebíveis.

(c.2) 4ª Emissão de Debêntures da Companhia: Em 02 de março de 2021, o Conselho de Administração da Emissora autorizou e aprovou a 4ª Emissão de Debêntures Simples (verdes), Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Adicional Real, para Colocação Privada da Irani Papel e Embalagem S.A., onde foram emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures verdes, no valor total de R\$ 60.000 na data de 03 de março de 2021, sendo o valor nominal unitário das Debêntures de R\$ 1. O prazo de vencimento das debêntures da 4ª emissão é em 15 de dezembro de 2029. As garantias desta emissão são compostas por propriedades da Companhia em Minas Gerais (Planta Papel) e máquinas e equipamentos localizados na referida planta.

(c.3) 5ª Emissão de Debêntures da Companhia: Conforme Reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2022 rerratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 08 de setembro de 2022, Fato Relevante de 11 de agosto de 2022 e Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2022 a Irani concluiu a 5ª (quinta) emissão de 720.000 (setecentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, com valor unitário de R\$ 1 cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 720.000 mil, dos quais: (i) 486.307 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete) Debêntures da 1ª Série, correspondentes ao valor de R\$ 486.307, remuneradas a CDI + 1,40% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em parcela única no vencimento em 12 de agosto de 2027; (ii) 233.693 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três) Debêntures da 2ª Série, correspondentes ao valor R\$ 233.693, remuneradas a CDI + 1,75% em periodicidade semestral e amortizadas em duas parcelas de igual valor, em 11 de agosto de 2028 e no vencimento em 13 de agosto de 2029. As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Irani como garantia, e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão e a distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 194ª (centésima nonagésima quarta) emissão da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios Do Agronegócio S.A.



Financiamentos em moeda estrangeira:

Os financiamentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022 estão atualizados pela variação cambial do dólar e do Euro.

a) <u>Adiantamentos Contrato de Câmbio (ACCs)</u>: A Companhia possui 4 contratos de adiantamento de contrato de câmbio celebrados com os bancos Safra, Itaú e Santander, com saldo de US\$ 7.723 mil. O valor devido em tais contratos é atualizado pela variação cambial do dólar e possuem vencimento em 2023. Tais operações não possuem garantias.

ii) outras operações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que, com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia e suas controladas ofereceram garantias reais para alguns dos credores, conforme descrito nos itens anteriores. Tais credores possuem, portanto, até o valor das respectivas garantias, prioridade no caso de falência da Companhia

iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos financeiros da Companhia impõem de forma geral limites de endividamento para a Companhia, restrição a distribuição de dividendos acima de determinados níveis relacionados com o indicador dívida líquida sobre EBITDA Ajustado e restrição para alienação e oneração de ativos da Companhia. São descritas a seguir os principais *covenants* financeiros contidos nos contratos de financiamento da Companhia. Todos eles são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. São apresentados os indicadores por operação indicando o atendimento ou a necessidade de *waiver* (perdão).



Covenants anuais:

	Contratado 2021	Apurado 2021	Posição	Contratado 2022	Apurado 2022	Posição
i) 3ª Emissão de Debêntures	3,50	0,78	Atendido	3,50	1,38	Atendido
ii) 4ª Emissão de Debêntures	3,50	0,78	Atendido	3,50	1,38	Atendido
iii) 5ª Emissão de Debêntures*	-	-	N/A	3,50	1,38	Atendido

b) Relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida - maior ou igual (x)

	Contratado 2021	Apurado 2021	Posição	Contratado 2022	Apurado 2022	Posição
i) 3ª Emissão de Debêntures	2,00	11,24	Atendido	2,00	9,21	Atendido
ii) 4ª Emissão de Debêntures	2,00	11,24	Atendido	2,00	9,21	Atendido

* A 5ª Emissão de debêntures prevê relação entre Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual que 4,0x (quatro vezes), sendo que, caso a Companhia tenha vigente, na data da verificação, outra Emissão Pública de dívida com índice mais restritivo do que 4,0x (quatro vezes), considerar-se-á o índice mais restritivo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía outra Emissão Pública com índice mais restritivo (3ª Emissão de Debêntures), adotando automaticamente, desta forma, o índice 3,5x (três vírgula cinco vezes) para a 5ª Emissão de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia atendeu os Índices Financeiros contratados.

A Diretoria Estatutária da Companhia entende que atenderá tais índices ao longo da vigência dos respectivos instrumentos, salvo na ocorrência de mudanças relevantes no cenário econômico e/ou mercado financeiro.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía saldo disponível para desembolso da operação Finame Direto junto ao BNDES, uma vez que dos R\$ 484.000 mil aprovados foram desembolsados até aquela data R\$ 412.615 mil. O ingresso dos recursos ocorrerá mediante pedidos de liberação, na medida em que forem efetuadas as aquisições e o pagamento dos equipamentos da Plataforma Gaia previstos para 2023.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

As tabelas a seguir derivam das informações contábeis para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

h.1) DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

a) Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021



Dados consolidados - em milhares de reais	2022	av%	ah%	2021	av%
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.686.666	100,0	5,0	1.605.834	100,0
Custo dos produtos vendidos	(1.017.597)	(60,3)	(0,0)	(1.017.659)	(63,4)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	139.003	8,2	217,0	43.849	2,7
LUCRO BRUTO	808.072	47,9	27,9 _	632.024	39,4
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(133.873)	(7,9)	23,2	(108.620)	(6,8)
Perdas por impairment contas a receber	(512)	(0,0)	(1.014,3)	56	0,0
Gerais e administrativas	(93.969)	(5,6)	15,9	(81.094)	(5,0)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(61.503)	(3,6)	34,8	(45.611)	(2,8)
Outras receitas operacionais	67.798	4,0	279,3	17.876	1,1
Outras despesas operacionais	(52.201)	(3,1)	402,6	(10.386)	(0,6)
Participação dos administradores	(15.452)	(0,9)		(14.032)	(0,9)
LUCRO OPERACIONAL ANTES					
DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	518.360	30,7	32,8 _	390.213	24,3
Imposto de renda e contribuição social corrente	(110.346)	(6,5)	76,6	(62.477)	(3,9)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.804)	(1,8)	(29,7)	(42.423)	(2,6)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO/EXERCÍCIO	378.210	22,4	32,6 _	285.313	17,8

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas aumentaram 5,0% sendo R\$ 1.686.666 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a R\$ 1.605.834 mil para o mesmo período de 2021, principalmente em função do aumento de volume e de preços do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Dentre as principais variações na receita líquida de vendas da Companhia, destacam-se: (i) aumento de 11,9% na receita líquida das vendas de papel para embalagens sustentáveis (papelão ondulado), passando de R\$ 527.493 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 590.225 mil em 31 de dezembro de 2022; (ii) aumento de 3,7% na receita líquida das vendas de embalagens (papel) sustentáveis de papelão ondulado, passando de R\$ 902.841 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 935.763 mil em 31 de dezembro de 2022 e (iii) já o segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina) registrou uma redução de 8,5% na receita líquida das vendas, passando de R\$ 175.500 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 160.678 mil em 31 de dezembro de 2022.

O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) aumentou para R\$ 7.546/ton em 31 de dezembro de 2022 em relação a R\$ 7.413/ton em 31 de dezembro de 2021 configurando um aumento de 1,8%, inferior à inflação (IPCA) do período em 5,79%; e (ii) o segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) registrou aumento de preços nos papéis para embalagens sustentáveis rígidas de R\$ 4.910/ton em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 4.449/ton em 31 de dezembro de 2022, configurando uma redução de 9,4%.Nos papéis para embalagens sustentáveis flexíveis, o aumento foi de 16,8%, passando de R\$ 5.278/ton em 31 de



dezembro de 2021 para R\$ 6.164/ton em 31 de dezembro de 2022, superior à inflação (IPCA) no período em 11%.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, 56,0% da receita líquida de vendas se originaram da venda de embalagens sustentáveis de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira. Outros 35,0% da receita líquida de vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram provenientes da venda de papel para embalagens sustentáveis (papel) para clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, 85% da receita líquida de vendas se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino-americano, asiático e europeu, comparado a 84% para o mesmo período de 2021.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos diminuiu (0,01%), sendo R\$ 1.017.597 mil para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 1.017.659 mil para o mesmo período de 2021, principalmente em função da redução no valor dos insumos.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia aumentou 217% sendo R\$ 139.003 mil para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 43.849 mil para o mesmo período de 2021, principalmente em relação às florestas de Santa Catarina que tiveram variações com efeito positivo por incremento de área plantada e por melhora nos preços de mercado da madeira.

Lucro Bruto

Devido aos motivos apresentados acima o lucro bruto da Companhia aumentou 27,9% para R\$ 808.072 mil no período findo em 31 de dezembro de 2022 comparado a R\$ 632.024 mil para o mesmo período de 2021.

(Despesas) Receitas Operacionais

Com vendas

As despesas operacionais com vendas aumentaram 23,2% para R\$ 133.873 mil para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra os R\$ 108.620 mil para o mesmo período de 2021, reflexo da melhor performance das vendas no mercado interno e por aumento de custos fixos. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas da Companhia representaram 7,9% da receita líquida consolidada, acima dos 6,8% registrados para o mesmo período de 2021.

Gerais e Administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram 15,9%, para R\$ 93.969 mil exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 em relação aos R\$ 81.094 mil para o mesmo período de 2021 este aumento se refere principalmente a programas de remunerações variáveis e aumento de despesas fixas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais gerais e



administrativas da Companhia representaram 5,6 % para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acima dos 5,0% registrados para o mesmo período de 2021.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

(em milhares de R\$)	Exercício Social encerrado em		
	31.12.2022	ah%	31.12.2021
Receita de bens sinistrados e alienados	2.451	52,1	1.611
Receita de venda de ativos	43.278	447,8	7.900
Vendas créditos de carbono	1.375	141,7	569
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.	-	(100,0)	2.365
Crédito PIS e COFINS sobre depreciação	3.225	100	-
Venda de propriedade para investimento	10.000	100	-
Outras receitas operacionais	7.469	37,5	5.431
Total de outras receitas operacionais	67.798	279,3	17.876
Custo dos bens sinistrados e alienados	(148)	(79,9)	(738)
Custo de venda de ativos	(38.560)	572,4	(5.735)
Provisão para Contingência INSS - Cont. Substitutiva	(6.376)	100	-
Custo venda de propriedade para investimento	(2.726)	100	-
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.165)	(20,7)	(1.469)
Outras despesas operacionais	(3.226)	32,0	(2.444)
Total de outras despesas operacionais	(52.201)	402,6	(10.386)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	15.597	108,2	7.490

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas aumentaram 108,2% sendo R\$ 15.597 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 7.490 mil para o mesmo período de 2021, principalmente devido ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS sobre depreciação e também sobre venda de propriedade para investimento.



(Despesas) financeiras, líquidas

(em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em		
	31.12.2022	ah%	31.12.2021
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	68.453	282,0	17.920
Juros	9.903	163,3	3.761
Descontos obtidos	1.607	327,4	376
Total das receitas financeiras sem variação cambial	79.963	262,5	22.057
Variação cambial			
Variação cambial ativa	22.862	(26,7)	31.204
Variação cambial passiva	(25.965)	(21,1)	(32.889)
Variação cambial líquida	(3.103)	84,2	(1.685)
Despesas financeiras			
Juros	(127.069)	107,1	(61.353)
Descontos concedidos	(1.110)	295,0	(281)
Deságios/despesas bancárias	(448)	(31,1)	(650)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(2.331)	7,9	(2.160)
Instrumentos derivativos - swap	(2.895)	499,4	(483)
Outros	(4.510)	327,1	(1.056)
Total despesas financeiras sem variação cambial	(138.363)	109,7	(65.983)
Resultado financeiro líquido	(61.503)	34,8	(45.611)

A variação cambial líquida representou uma despesa de R\$ 3.103 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma despesa de R\$ 1.685 mil para o mesmo período de 2021. A variação cambial negativa no ano de 2022 deve-se a desvalorização do real frente ao dólar, seu impacto no contas a receber de clientes e saldo de dívida em moeda estrangeira. As despesas financeiras sem variação cambial da Companhia aumentaram, 109,7%, totalizando R\$ 138.363 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em relação aos R\$ 65.893 mil para o mesmo período de 2021, principalmente pelo aumento dos juros no mercado (CDI) e pelos juros incidentes sobre a 5ª emissão de debentures e operação BNDES Direto, captados durante o ano de 2022. O resultado financeiro líquido registrou um aumento de 34,8%, com despesa de R\$ 61.503 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e com despesa de R\$ 45.611 mil para o mesmo período de 2021.

Lucro/(prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários

O lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia totalizou R\$ 518.360 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e R\$ 390.213 mil para o mesmo período de 2021.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e Contribuição Social da Companhia foi de R\$ 140.150 mil com uma taxa efetiva de 27% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, enquanto o Imposto de renda e Contribuição Social foi de R\$ 104.900 mil, com uma taxa efetiva de 26,9% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro/(prejuízo) líquido do período



Como resultado do exposto acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 378.210 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, maior que os R\$ 285.313 mil de lucro líquido para mesmo período de 2021.

h.2) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(em milhares de R\$)		
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	30.410	54.260
Atividades operacionais	375.692	367.326
Atividades de investimento	(310.380)	(557.427)
Atividades de financiamento	639.472	166.251
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	735.194	30.410

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R\$ 375.692 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 367.326 mil para o mesmo período de 2021, principalmente à boa performance da Companhia em todos os segmentos de atuação, como demonstrado acima, em especial ao crescimento da margem operacional apresentado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou aplicação de caixa de R\$ 310.380 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e, apresentou aplicação de caixa de R\$ 557.427 mil no mesmo período de 2021. A variação nas atividades de investimentos para os períodos em análise é principalmente devida a aquisição de imobilizado referente a Plataforma Gaia.

Atividades de financiamento

A Companhia gerou caixa oriundo de financiamento no valor de R\$ 639.472 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e gerou caixa no valor de R\$ 166.251 mil no mesmo período de 2021. Principalmente devida a maior captação de recursos através de emissão de debêntures.



2.2. Os diretores devem comentar:

a)resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Empapel registrou redução na expedição em toneladas de papelão ondulado no ano de 2022 de 2,2% na comparação com 2021, totalizando 3.953 mil ton. O desempenho do volume de vendas do Mercado Irani, em toneladas, apresentou aumento de 1,5% ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este crescimento, superior que o do mercado, se deve principalmente à boa performance das operações industriais, que proporcionaram maior disponibilidade para venda, e ao início da operação do Gaia II, que adicionou capacidade produtiva. Em toneladas, a participação de mercado da IRANI no segmento de Embalagem de Papelão Ondulado foi de 4,0% ao final do exercício social findos em 31 de dezembro de 2022 e 3,9% no mesmo período de 2021. A receita operacional líquida ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.686.666 mil, crescimento de 5% guando comparado ao mesmo período de 2021 principalmente em função da boa performance de vendas e preços em todos os segmentos em que a Companhia atua. No mercado interno, a receita operacional líquida foi de R\$ 1.440.498 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e mostrou aumento de 6,2% quando comparada ao período de 2021. Ao final do exercício social findos em 31 de dezembro de 2022, o resultado líquido foi de R\$ 378.210 mil de lucro em comparação a R\$ 285.313 mil no mesmo período do ano anterior. Os principais impactos no lucro líquido deste ano foram relacionados ao crescimento da receita líquida de vendas e também à variação do valor justo dos ativos biológicos, com consequente aumento percentual da margem bruta e do resultado líquido. O EBITDA Ajustado ao final do exercício social findos em 31 de dezembro de 2022 foi apurado em R\$ 537.988 mil, 8,9% superior ao apurado no mesmo período do ano anterior de R\$ 493.921 mil, demonstrando a boa performance da Companhia em relação a aumento de receitas, reduções de custos e consequente melhora das margens. . A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,38 vezes para o exercício social findos em 31 de dezembro de 2022, 15% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 273.464 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante consolidados) totalizavam R\$ 1.049.208 mil.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação;

Impacto da variação de preços de papel e embalagem

A demanda dos produtos da Companhia está diretamente relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Desta forma os preços dos principais produtos comercializados pela Companhia estão sujeitos às variações da demanda no cenário interno. Aumentos significativos nos preços dos produtos da Companhia e, por consequência, nos preços que esta consegue cobrar, provavelmente devem aumentar a receita líquida da Companhia e seus resultados operacionais na medida em que a Companhia consiga manter suas margens operacionais e o aumento de preços não reduza o volume de vendas. Por outro lado, reduções significativas nos preços dos produtos da Companhia e, consequentemente, nos preços que a Companhia pode cobrar por seus produtos, provavelmente devem diminuir a receita líquida e resultado das operações da Companhia caso esta não consiga aumentar suas margens operacionais e a redução de preços não aumente o volume de vendas. Nos últimos dois exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de



2022 e 2021, os preços médios dos principais produtos comercializados pela Companhia apresentaram-se da seguinte forma:

Preços médios Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) R\$/ton)						
31.12.2022 31.12.2021 Var. 2022 x 2021						
Papéis para embalagens sustentáveis rígidas (R\$/ton)	R\$ 4.449	R\$ 4.910	-9,4%			
Papéis para embalagens sustentáveis flexíveis (R\$/ton)	R\$ 6.164	R\$ 5.278	+16,8%			

	31.12.2022	31.12.2021	Var. 2022 x 2021
Preços médios Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) (R\$/ton)	R\$ 7.546	R\$ 7.413	+1,8%

Fonte: Irani

Impacto da variação da taxa de câmbio

A Companhia também está exposta a variação do câmbio, especialmente dólar, em relação a parte do seu faturamento. No ano de 2022, 15,0% da Receita Liquida foi proveniente de exportações. Uma desvalorização do dólar pode impactar de forma relevante os resultados operacionais da Companhia.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Impacto da variação de taxas de juros

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos, financiamentos debêntures e instrumentos financeiros derivativos – swap que tem base de juros indexados está representada conforme a seguir:

- 1 Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2023). A TJLP é obtida do BNDES e o IPCA do Boletim Focus.
- 2 Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2023.
- 3 Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2023.



Risco de taxa de juros Operação			Cenári Ganho		Cenário Ganho (Cenário r Ganho (p	
	Indexador	Saldo 31.12.22	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	1.043.890	13,67%	215	17,09%	36.958	20,51%	73.702
Captações								
Capital de Giro	CDI	(1.288.097)	13,67%	(265)	17,09%	(45.509)	20,51%	(90.753)
Capital de Giro	IPCA	(68.644)	4,26%	1.103	5,33%	332	6,39%	(440)
Finame Direto	IPCA	(419.533)	4,26%	6.661	5,33%	2.002	6,39%	(2.567)
Finame	TJLP	(5)	7,37%	-	9,21%	-	11,06%	-
Finame	SELIC	(253)	13,77%	-	17,21%	(9)	20,66%	(18)
Instrumentos financeiros derivativos - sw	/ap							
Swap Ativo	IPCA	62.108	4,26%	(998)	5,33%	(300)	6,39%	398
Swap Passivo	CDI	(61.061)	13,67%	(12)	17,09%	(2.114)	20,51%	(4.215)
Efeito Líquido no Resultado			_	6.704	_	(8.640)		(23.893)

Inflação

O Brasil tem historicamente experimentado altas taxas de inflação acima da média mundial. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira, principalmente antes de 1995. As taxas de inflação foram 10,06% em 31 de dezembro de 2021 e 5,79% em 31 de dezembro de 2022 de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os custos de caixa e despesas operacionais da Companhia são substancialmente feitos em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que os fornecedores e prestadores de serviços da Companhia geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. A inflação, as ações de combate à inflação, o regime fiscal de governo e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, consequentemente influenciar os resultados operacionais apresentados pela Companhia.

Impacto da variação de preços dos principais insumos

As principais matérias-primas envolvidas no processo produtivo da Companhia são celulose (fibra virgem) de produção própria e aparas de papelão (reciclado) compradas no mercado. A celulose (fibra virgem) consumida pela Companhia é produzida em suas próprias unidades e, portanto, não está exposta as variações do preço no mercado. As aparas de papelão, todavia, são adquiridas no mercado. Estas estão sujeitas a variações adversas nos preços ou até mesmo falta no mercado, o que pode afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro 2022 e 2021 os preços médios das aparas de papelão adquiridas pela Companhia foram de:

	2022	2021
Preços médios das aparas (R\$/ton)	797	1.502

Fonte: Irani

Impacto da variação da taxa de câmbio

A tabela a seguir mostra a cotação cambial ao final de cada um dos períodos.



	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Cotação ao final do período – US\$ 1,00	5,22	5,85

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2021, essas operações apresentaram exposição ativa líquida e em 31 de dezembro de 2022 apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro a seguir.

Dados consolidados (em R\$ mil)		
	31.12.2022	31.12.2021
Contas a receber	24.726	33.035
Adiantamento de clientes	(1.493)	(1.227)
Fornecedores	(2.131)	(3.632)
Adiantamento à fornecedores	10.948	25.055
Empréstimos e financiamentos	(40.298)	(28.448)
Exposição líquida	(8.248)	24.783

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 3,19%. Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 3,25%. Desta forma, quando o Real se valoriza em relação ao dólar dos EUA:

- a) os custos de juros das dívidas da Companhia denominadas em dólares dos EUA diminui em reais, e tal diminuição afeta positivamente o resultado de nossas operações em Reais;
- b) o valor de nossas dívidas denominadas em dólares dos EUA diminui em reais, e o valor total de nossas dívidas diminui em reais;
- c) nossas despesas financeiras líquidas tendem a diminuir como resultado dos ganhos com variação cambial incluídos em nossos resultados.

Quando o dólar se valoriza em relação ao real o efeito é o contrário. Na análise de sensibilidade a seguir, considerando as incertezas das premissas, apresentando dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

- 1 Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2023).
- 2 Cenário adverso: depreciação de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2023.
- 3 Cenário remoto: depreciação de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2023.



Risco de exposição cambial

	0 11 04 40 00		Cenário base		enário adverso		Cenário remoto
Operação	Saldo 31.12.22 US\$	Taxa	anho (perda) R\$	Taxa	Sanho (perda) R\$	Taxa	Ganho (perda) R\$
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	4.739	5,38	768	6,72	7.142	8,07	13.516
Adiantamento a fornecedores	2.098	5,38	340	6,72	3.162	8,07	5.983
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(695)	5,38	(113)	6,72	(1.047)	8,07	(1.982)
Empréstimos e financiamentos	(7.723)	5,38	(1.252)	6,72	(11.639)	8,07	(22.026)
Efeito líquido		_	(257)	_	(2.382)	=	(4.509)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2022 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, alinhados com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, que pudessem gerar efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

No exercício de 2022 a Companhia adotou as seguintes revisões das normas pelo CPC, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras consolidadas quanto a sua aplicação benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16), Contratos Onerosos Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37), Imobilizado Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não há opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor.



- 2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
- a) introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve operações desta natureza com efeitos relevantes passados ou futuros para a Companhia.

d) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos dois anos.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a) informar o valor das medições não contábeis, b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Informações do consolidado em milhares de reais, exceto %



EDITO 4 1 4 1 1 1 1 1	04.40.0000	04.40.0004
EBITDA ajustado consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Lucro/(Prejuízo) do exercício	378.210	285.313
Imposto de renda e contribuição social corrente	110.346	62.477
Imposto de renda e contribuiição social diferidos	29.804	42.423
Depreciação, amortização e exaustão	103.028	92.444
(Despesas) financeiras, líquidas	61.503	45.611
EBITDA	682.891	528.268
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(139.003)	(43.849)
Gratificação a Administradores	15.452	14.032
Crédito PIS e COFINS sobre depreciação	(3.225)	-
Venda de ativo de operação descontinuada	(7.274)	(2.165)
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP- Precatórios	-	(2.365)
Provisão para Contingência INSS - Cont. Substitutiva	6.376	-
Recomposição do fator de cálculo da Subvenção	(17.229)	
EBITDA ajustado	537.988	493.921
Receita líquida de vendas	1.686.666	1.605.834
Margem EBITDA ajustada	31,9%	30,8%
Disponibilidades, dívida bruta e líquida	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	460.205	306.004
Debêntures	1.331.970	586.317
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(1.047)	419
Dívida bruta	1.791.128	892.740
Disponibilidades	1.049.208	506.268
Dívida líquida	741.920	386.472
Dívida líquida/EBITDA ajustado	1,38	0,78
Patrimônio líquido	1.125.085	957.438
Índice de endividamento líquido	0,66	0,40

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA ajustado

Apesar de o EBITDA (definido conforme as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527, de 04 de outubro de 2012) e EBITDA Ajustado não serem medidas dos fluxos de caixa de atividades operacionais de acordo com o BRGAAP ou o IFRS, os diretores da Companhia os utilizam para medir o desempenho operacional da Companhia. Alguns contratos financeiros da Companhia requerem que a Companhia observe certos níveis de EBITDA Ajustado. A Companhia entende, ainda, que certos investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA e o EBITDA Ajustado como indicadores do desempenho operacional de uma companhia.

A Companhia calcula o EBITDA da seguinte forma: (i) Lucro líquido do exercício, ii) mais Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos; iii) mais exaustão, depreciação e amortização e resultado financeiro. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com o BRGAAP ou o IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos.



O EBITDA Ajustado da Companhia é o seu EBITDA ajustado (i) pela variação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) pela participação dos administradores; (iii) por outros eventos que não integram as principais atividades operacionais da empresa no exercício/período em que foram reconhecidos, conforme a seguir:

(a) para o exercício social de 2022, a participação dos administradores no valor de R\$ 15.452 mil, recomposição do fator de cálculo da Subvenção no valor de R\$ (17.229), e também crédito PIS e COFINS sobre depreciação no valor de R\$ (R\$ 3.225 mil), venda de ativo de operação descontinuada no valor de R\$ (7.274) mil, provisão para Contingência INSS - Cont. Substitutiva no valor de R\$ 6.376 conforme nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2022.

O EBITDA e EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, exaustão, ajustes de valor justo de ativos biológicos. O EBITDA e EBITDA Ajustado não representam o fluxo de caixa operacional para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicadores de liquidez. O EBITDA e O EBITDA Ajustado não devem ser considerados como indicadores de recursos disponíveis para dividendos.

Margem EBITDA Ajustada

A margem EBITDA Ajustada é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela soma da receita líquida de vendas da operação continuada mais a receita líquida de vendas da operação descontinuada. A Administração utiliza este indicador pois acredita que é um bom indicador da atividade operacional da Companhia.

Disponibilidades, dívida líquida e bruta

As disponibilidades são calculadas pela soma de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mais banco conta vinculada.

Dívida bruta é calculada somando os empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *SWAP*

Dívida líquida é calculada diminuindo da dívida bruta as disponibilidades.

A Administração usa estes saldos para controlar seus níveis de endividamento.

Dívida líquida/EBITDA Ajustado

O indicador dívida líquida/EBITDA Ajustado é calculado dividindo a dívida líquida pelo EBITDA Ajustado. A Administração utiliza este indicador para auxiliar na avaliação da alavancagem da Companhia.

Índice de endividamento líquido

O índice de endividamento líquido é calculado dividindo a dívida líquida pelo patrimônio líquido. A Administração utiliza este indicador para auxiliar na avaliação da alavancagem da Companhia.



2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Após o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não há evento subsequente a ser reportado.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	31.12.2022	31.12.2021
a) Regras sobre retenção	A Companhia possui Política	A Companhia possui
de lucros	de Distribuição de	Política de Distribuição de
	Dividendos e Juros Sobre o	<u>Dividendos e Juros Sobre o</u>
	Capital Próprio aprovada	<u>Capital Próprio</u> aprovada
	pelo Conselho de	pelo Conselho de
	Administração que	Administração que
	determina as condições para	determina as condições
	distribuição de dividendos e	para distribuição de
		dividendos e consequente
	lucros para reinvestimento.	=
		reinvestimento. Além disso
		o Estatuto Social determina
		o capítulo VI o lucro base
		para distribuição de
	retenções legais.	dividendos e as retenções
		legais.
b) Regras sobre		A Companhia possui
distribuição de dividendos		Política de Distribuição de
		Dividendos e Juros Sobre o
		Capital Próprio aprovada
	Capital Próprio aprovada	
	1 ⁵	Administração que determina as condições
	determina as condições para	
	distribuição de dividendos.	dividendos.
	distribuição de dividendos.	dividendos.
c) Periodicidade das	A distribuição de dividendos,	A distribuição de
'		dividendos, de acordo com
,		a Política de Distribuição de
	-	Dividendos e Juros Sobre o
	Próprio é trimestral.	Capital Próprio é trimestral.
d) Eventuais restrições à	Nos termos (i) da 3ª Emissão	Nos termos (i) da 3ª
distribuição de dividendos	Debêntures Simples	Emissão Debêntures
distribuição de dividendos	Depentures Simples	Emissao Debentures



	` '	Simples Pública e (ii) da 4ª
, , ,	de Debêntures Simples	
aplicável ao emissor, assim	Privada e, (iii) da 5ª Emissão	Simples Privada a
como contratos, decisões	de Debêntures Simples	Companhia não poderá
judiciais, administrativas ou	Privada a Companhia não	distribuir dividendos acima
arbitrais	poderá distribuir dividendos	de determinados níveis
	acima de determinados	relacionados com o
	níveis relacionados com o	indicador dívida líquida
	indicador dívida líquida	sobre EBITDA.
	sobre EBITDA.	
e) Se o emissor possui	A Companhia possui Política	A Companhia possui
política de destinação de	de Distribuição de	Política de Distribuição de
resultados formalmente	Dividendos e Juros sobre o	Dividendos e Juros sobre o
aprovada, informando	Capital Próprio formalmente	Capital Próprio formalmente
órgão responsável pela	aprovada pelo Conselho de	aprovada pelo Conselho de
aprovação, data da	Administração em 19 de	Administração em 19 de
aprovação e, caso o	agosto de 2020 e que pode	agosto de 2020 e que pode
emissor, divulgue a	ser consultada no endereço:	ser consultada no endereço:
política, locais na rede	https://api.mziq.com/mzfilem	https://api.mziq.com/mzfile
mundial de computadores	anager/v2/d/516eff19-62b9-	manager/v2/d/516eff19-
onde o documento pode	<u>464f-af20-</u>	62b9-464f-af20-
ser consultado	6d866d6fefd5/fdc43453-	6d866d6fefd5/fdc43453-
	5dfd-4ddc-a21c-	5dfd-4ddc-a21c-
	514703f63e71?origin=1	514703f63e71?origin=1

- 2.8 Os diretores devem descrever itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:
- a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i)carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos, ii)contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, iii)contratos de construção não terminada e iv)contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não detinha outros ativos e passivos relevantes, bem como qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados ou evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas.



b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

- 2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:
- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

- 2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:
- a) investimentos, inclusive i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, ii) fontes de financiamento dos investimentos e iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

i) Investimentos

Os investimentos consolidados realizados contabilmente nos dois últimos exercícios sociais apresentaram-se como segue:

(em R\$ mil)	31.12.2022	31.12.2021
Terrenos	-	-
Prédios e Construções	5.190	2.055
Equipamento e Instalações	498.721	376.488
Florestamento e	18.189	19.514
reflorestamento		
Intangível	2.721	836
Total	524.821	398.893



Os investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2022 foram direcionados para reflorestamento, manutenção e melhorias das estruturas físicas, software, máquinas, equipamentos da Companhia e a execução dos investimentos da Plataforma Gaia, conforme detalhados a seguir.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, e 2022, passíveis de financiamento, tiveram como fonte recursos próprios captados no mercado de capitais de *equity*, com Re-IPO realizado pela Companhia em 2020, assim como de financiamentos captados com instituições financeiras e banco de desenvolvimento local (BNDES) além da geração de caixa das operações.

Os investimentos futuros serão financiados pela geração de caixa da Companhia, por financiamentos ou ainda outras formas de captação, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia, incluindo, sem limitar, a emissão pública de dívida ou de ações no mercado de capitais.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, bem como não existem desinvestimentos relevantes previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Gaia I - Recuperação de Produtos Químicos e Utilidades começam pela caldeira de recuperação, em que foi iniciada a montagem do precipitador e teste hidrostático em todo o sistema de pressão. Além disso, foram realizadas a energização da sala elétrica da ETA (Estação de Tratamento de Água), a conclusão da fabricação do Turbo Gerador 4, a instalação dos tanques de terebintina e a inauguração da nova sala de controle. Para o pátio de madeira, foram realizadas a entrega e a instalação da nova grua e sala elétrica, e, por fim, na área de caustificação e lavador de celulose, foi finalizada a montagem dos filtros de lama de cal. Em andamento, continuam a montagem dos equipamentos, os acabamentos civis e de elétrica para a caldeira de recuperação e o pátio de madeiras, bem como a montagem de tubulações, elétrica, cabeamentos e equipamentos para cozimento e lavagem, ETA e caustificação. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 492.110 mil.

Gaia II - Expansão da Embalagem SC, encaminha-se para sua conclusão. A instalação, comissionamento, startup e operação assistida dos braços robóticos Rosie e Ada, assim como a segunda linha de paletização, foram concluídos no dia 28 de dezembro. Com isso, a última pendência do escopo do Gaia II é a entrega e a instalação do pacote de melhorias da Ward, máquina que já vem operando desde agosto. A chegada dos itens para upgrade será em fevereiro e a instalação está prevista para março. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 122.059 mil.

Gaia III - Reforma da Máquina de Papel 2, finalizou a parada de máquina para execução da reforma no último trimestre. O startup foi realizado 4 dias antes do previsto. Apesar da estimativa de desembolso ao término do projeto ser de R\$ 61 milhões, a curva de performance da máquina está acima do esperado, sinalizando um maior volume de produção com melhora significativa na qualidade



do papel e indicadores de retorno acima do previsto. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 58.737 mil.

Gaia IV - Repotenciação Cristo Rei, há estudos ambientais para o processo de licenciamento ambiental e obtenção da LAP - Licença Ambiental Prévia. Não houve investimentos realizados até a data de 31 de dezembro de 2022.

Gaia V- Repotenciação São Luiz está aguardando o recebimento da LAP - Licença Ambiental Prévia, pelo IMA (Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina). Não houve investimentos realizados até a data de 31 de dezembro de 2022.

Gaia VI - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo teve ampliação de escopo para todas as unidades de negócio. Anteriormente estava previsto apenas para a Unidade Papel SC. Em função disso, o projeto foi atualizado em prazo, custos e indicadores de retorno. O Valor do Capex que era de R\$ 5.173 mil passou a ser R\$ 18.400 mil. Durante o último trimestre de 2022, para a Papel SC foi concluída a obra de instalação da fibra óptica e validada a comunicação da rede de coleta entre OPC (Open Platform Communication), coletor e servidor. Está sendo realizada a coleta de dados (tags) das máquinas, nas quais MP1 e MP5 estão com todos os dados coletados e integrando com o PI System. Da mesma forma, foi concluída a instalação da fibra óptica na Papel MG e em Resinas. Em andamento, está sendo desenvolvida a estrutura de dados (Asset Framework) e há o desenvolvimento dos primeiros relatórios de informações gerenciais com dados em tempo real. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 3.315 mil.

Gaia VII - Ampliação ETE foram concluídas a construção civil das bases para o sistema de filtragem, a escavação do tanque de equalização, o desvio da tubulação pluvial na área onde será construído o tanque de equalização e a tubulação do desvio da lagoa. Em andamento, há o desenvolvimento do novo sistema de supervisão e controle da ETE, e a execução civil e mecânica do desvio da tubulação de interligação entre a lagoa e o efluente secundário. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 14.876 mil.

Gaia VIII - Nova Impressora Corte e Vinco realizou o startup da nova impressora Sunrise II e entrega dos racks para forma do mezanino da clicheria. O projeto encaminha-se para sua conclusão. Estão em andamento a instalação de equipamentos periféricos e o início do acompanhamento da curva de performance da nova impressora. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 12.278 mil.

Gaia IX - Automação do Estoque Intermediário concluiu a fabricação dos trilhos transfer car. Também foi concluído o levantamento topográfico do projeto com a demarcação das bases do transfer car. Estão em andamento as aquisições dos pacotes de fabricação da estrutura metálica e obras civis, bem como a aquisição de materiais e mão de obra para infraestrutura elétrica e pneumática. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 8.068mil.

Gaia X - Nova Impressora FFG Dual Slotter está em processo de aquisições do Prefeeder, Impressora e Twin Box Slitter, assim como a elaboração do cronograma detalhado do projeto e em fase de



concepção e engenharia da solução de paletização para a máquina. Não houve investimentos realizados até a data de 31 de dezembro de 2022.

c)novos produtos e serviços indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que não foram lançados novos produtos e serviços nos últimos dois exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O compromisso com os tópicos ESG está na essência dos negócios da Irani a partir de um modelo de negócios integrado, com uso de recursos naturais renováveis, de economia circular (reciclagem) e de baixo carbono, utilizando energia renovável para a maior parte de seu consumo energético e tendo as pessoas no centro da estratégia. Com isso, praticamos uma gestão integrada que incorpora à estratégia a promoção de práticas robustas de governança e um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento humano e social, inovação e retorno econômico diferenciado.

Signatária do Pacto Global e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção há mais de 15 anos, a Companhia aderiu ao Instituto Capitalismo Consciente com o intuito de contribuir com o movimento para transformar o jeito de se fazer investimentos e negócios no Brasil.

Também faz parte do Movimento Nacional ODS SC e do Movimento Nacional ODS RS e do núcleo catarinense do Observatório Social Brasileiro.

Contamos ainda com um longo histórico de compromisso com a transparência. Por isso, buscamos nos atualizar quanto às melhores práticas de gestão e relato sobre sua estratégia, desempenho e iniciativas de sustentabilidade. Desde 2006, divulgamos relatórios anuais acompanhando as principais tendências no reporte de informações de sustentabilidade. Em 2022, publicamos nosso segundo Relato Integrado. Assegurado pela KPMG Auditores Independentes, esse documento público adota as orientações para o relato integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), GRI Standard da Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Santandards Board (SASB), relacionando as práticas relatadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Todas as publicações estão disponíveis para consulta em http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/.

Para assegurar a evolução de tópicos ESG, realizamos reuniões periódicas desde 2018 com gestores industriais e corporativos sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria, delineando as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico da Companhia. Ao longo do tempo e no âmbito dessas discussões, foram instituídos grupos de trabalho para aprimorar e avançar na implementação de práticas aderentes aos ODS da ONU e no mapeamento de oportunidades que inspiraram um conjunto de compromissos a serem persistidos até 2030 nos âmbitos da:



Segurança Ocupacional

Meta: Zero acidentes de trabalho com afastamento

Evolução: Redução de 38 para 25 acidentes de trabalho com afastamento de 2021 para 2022.

Diversidade

Meta: Ter 40% de mulheres no quadro da empresa e 50% de mulheres em cargos de liderança

Evolução: Tivemos um avanço de 9% nos indicadores relacionados a Igualdade de Gênero, fechando

2022 com 22% de mulheres no quadro da empresa e 18% na liderança.

Água

Meta: Reduzir 30% do consumo de água por tonelada produzida

Evolução: Aumento de 4% em comparação a 2021.

Energia

Meta: Ser autossuficiente em geração de energia renovável

Evolução: 52,04% de autogeração de energia e 67,25% de geração de energia renovável.

Resíduos

Meta: Zerar o envio de resíduos para aterro

Evolução: Redução de 6.740 toneladas em relação ao volume total enviado ao aterro em 2021, equivalente a 28% de redução.

Mudanças Climáticas

Meta: Aumentar em 20% o saldo positivo entre emissões e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE)

Evolução: Redução de 88% do saldo positivo entre emissões e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE), influenciado pela redução de estoque de carbono das áreas florestais de Santa Catarina, as quais tiveram impacto em razão das atividades de manejo e silvicultura (redução de área de parcerias não renovadas).

Em 2022, a Companhia passou a contar com um Núcleo de Sustentabilidade, uma estrutura horizontal e multidisciplinar com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade (ESG), engajando os colaboradores e as partes interessadas. As principais entregas realizadas por este núcleo foram o início de uma campanha sobre sustentabilidade denominada Movimentos que criam futuros, a análise de cenários para substituição de equipamentos alimentados por combustíveis não-renováveis e uma oferta de capacitação sobre leis de incentivo fiscal e elaboração de projetos para as comunidades no entorno.

No mesmo sentido, em 2022, o Comitê de Estratégia da Companhia, vinculado ao Conselho de Administração, incorporou nas suas atribuições os temas ESG, passando a denominar-se Comitê de Estratégia e ESG.

Avançamos na avaliação do Carbon Disclosure Project (CDP), passando de índice D para B. Este fator contribuiu para que pudéssemos, pela primeira vez, integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) que reúne as empresas mais bem avaliadas em práticas de governança e sustentabilidade.



A estratégia de sustentabilidade da Companhia é suportada pela sua Política de Sustentabilidade, e por um sistema de gestão certificado pelas normas ISO 9001 e ISO 14001, esta última especificamente assegurando o Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Combinando adequadas práticas de manejo e processos operacionais cada vez mais eficientes, a Irani vem se consolidando como uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima ano após ano. Isto significa que a Companhia sequestra da atmosfera mais carbono do que emite, caracterizando-a como empresa de baixo carbono. Além disso, divulga anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa, elaborado de acordo com a metodologia GHG Protocol e o primeiro do Brasil a ser certificado pela ISO 14064.

A Companhia dispõe, ainda, de dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e diversas práticas de incentivo à economia circular por meio de parcerias. Fazendo uso de alternativas e tecnologias capazes de reintroduzir os resíduos dos processos produtivos em novas cadeias de valor, fomenta o empreendedorismo, a geração de emprego e renda nas comunidades no entorno, além de evitar o envio destes resíduos para aterro, conferindo relevante contribuição ambiental. As práticas estão disponíveis para consulta em: http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve <u>impactos relevantes da pandemia da COVID-19</u>



II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia

Em cumprimento ao artigo 10°, § único, II da Resolução CVM 81, apresentamos as informações indicadas no Anexo A à referida resolução, sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, com a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2023 e a distribuição de dividendos.

Proposta da Administração para Distribuição de Dividendos

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

Os acionistas possuem direito a dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal, demonstrado conforme a seguir, sendo que o dividendo mínimo obrigatório já foi integralmente distribuído conforme deliberações do Conselho de Administração:

(R\$ mil)	2022
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	378.210
(-) Reserva legal	(18.910)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	8.947
Realização - custo atribuído	4.567
Lucro/ (prejuízo) base para distribuição de dividendos	372.814
Dividendo mínimo obrigatório	93.204
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,380621
Dividendos distribuídos	93.204
Saldo de dividendos a pagar	0,00

Conforme a <u>Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio</u> da Companhia, os seguintes dividendos adicionais (25%) estão sendo propostos pela Administração.

Dividendos adicionais propostos	31.12.22 93.204
Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,380621

Os dividendos mínimos obrigatórios somados aos dividendos adicionais perfazem uma distribuição de 50% do Lucro Líquido (base de dividendos), conforme determina a Política supracitada.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O lucro líquido do exercício 2022 foi de R\$ 378.210 mil, o qual, uma vez ajustado pela redução da reserva legal, realização da reserva de ativos biológicos e de ajustes de avaliação patrimonial (realização custo atribuído), constitui lucro líquido ajustado para distribuição de dividendos no valor de R\$ 372.814 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:



Dividendos adicionais

	Ações	Montante Global	Deliberação
	ordinárias		
Total dos	R\$ 93.204 mil	R\$ 93.204 mil	A ser deliberado em
dividendos			AGO
Dividendos por ação	0,380621		

Dividendos obrigatórios

	Ações	Montante Global	Deliberação
	ordinárias		
Dividendos	R\$ 21.197 mil	R\$ 21.197 mil	RCA 01.03.2023
intercalares			
Dividendos por ação	0,087216399		
Dividendos	R\$ 23.568 mil	R\$ 23.568 mil	RCA 04.11.2022
intercalares			
Dividendos por ação	0,096031476		
Dividendos	R\$ 23.626 mil	R\$ 23.626 mil	RCA 03.08.2022
intercalares			
Dividendos por ação	0,0956838		
Dividendos	R\$ 24.813 mil	R\$ 24.813 mil	RCA 03.05.2022
intercalares			
Dividendos por ação	0,0996056		

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Está sendo proposta a distribuição de 50% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado nos termos da lei 6.404/76. A Companhia já distribuiu de forma antecipada 25% referente aos dividendos mínimos obrigatórios, e está propondo a distribuição de 25% de dividendos adicionais, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de agosto de 2020.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores em 2022.

- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

	Ações	Montante Global
	ordinárias	
Total dos dividendos	R\$ 93.204 mil	R\$ 93.204 mil
Dividendos por ação	0,380621	

Os dividendos por ação podem sofrer alteração em função da variação do número de ações em tesouraria devido ao Programa de Recompra de Ações 2022 em curso.



- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:
 Os dividendos serão pagos aos acionistas até dia 30 de maio de 2023.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Será 24 de abril de 2023, data da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que irá deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas de 2022 e a distribuição dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.
- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

	Montante Global	Data de pagamento
Total dos dividendos	R\$ 21.197 mil	22.03.2023
Total dos dividendos	R\$ 23.568 mil	25.11.2022
Total dos dividendos	R\$ 23.626 mil	26.08.2022
Total dos dividendos	R\$ 24.813 mil	25.05.2022

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	2022	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (em R\$ mil)	378.210	285.313	92.761
Lucro (prejuízo) líquido por ação ON (em R\$)	1,5248	1,1342	0,3647
Lucro (prejuízo) líquido por ação PN (em R\$)	-	-	-

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio por competência:

(em R\$ mil)	2022	2021	2020
Distribuição de dividendos para ações Ordinárias	186.408	141.776	44.523
Distribuição de dividendos para ações Preferenciais	-	-	411
			44.934
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Ordinárias	-	-	4.045
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Preferenciais	-	-	173
		-	4.218
(em R\$)	2022	2021	2020
Dividendos distribuídos por ação Ordinária	0,761243	0,561899	0,176661
Dividendos distribuídos por ação Preferencial	-	-	0,039299



Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Ordinária Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Preferencial 0,015954 0,015954

JCP: líquido de Imposto de Renda

- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:
 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

Formação de Reserva Legal no montante de R\$ 18.910 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A reserva legal é calculada conforme art. 193 da Lei 6.404/74 que determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para sua constituição, conforme demonstrado na Proposta da Administração.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais.

- 10. Em relação ao dividendo obrigatório:
 - a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido ajustado do exercício, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento). Nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido ajustado é o valor resultante da aplicação das deduções descritas a seguir sobre o lucro líquido do exercício, a saber:

- (a) 5% (cinco por cento) à Reserva Legal;
- (b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
- (c) importância destinada à formação da reserva de incentivos fiscais.
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

O valor do dividendo mínimo obrigatório está sendo distribuído integralmente aos acionistas.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não se aplica, pois os dividendos estão sendo distribuídos integralmente aos acionistas.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:
a) Informar o montante da retenção; b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; c) Justificar a retenção dos



dividendos

Não se aplica, pois não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a) Identificar o montante destinado à reserva; b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; c) Explicar porque a perda foi considerada provável; d) Justificar a constituição da reserva.

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para reserva de contingência.

- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:
 - a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31.12.2022.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
 Não houve destinação de resultado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31.12.2022.

- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:
 - a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
 - b. Identificar o montante destinado à reserva
 - c. Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica, pois não houve destinação de resultado para reservas estatutárias no exercício social encerrado em 31.12.2022.

- 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital
 - a. Identificar o montante da retenção

Montante destinado à reserva de retenção de lucros: R\$ 186.406 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Apresentamos a seguir o Orçamento de Capital 2023, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de novembro de 2022, a ser ratificado na AGO.

Orçamento de Capital 2023						
em R\$ mil	Correntes	Estratégicos	Total			
Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)		55.860	55.860			
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)		182.981	182.981			
Investimentos em Startups – Irani Ventures		6.492	6.492			
Verba investimentos correntes	109.200		109.200			
Total de investimentos 2022	109.200	245.333	354.533			
Necessidade de Capital de Giro	66.258		66.258			

Estes investimentos serão realizados por meio de recursos próprios (gerados com a atividade operacional durante o exercício) e recursos financiados, conforme descrito a seguir.



Quadro resumo de fontes e usos

em R\$ mil	Correntes	%	Estratégicos	%	Total	%
Recursos Financiados			71.385	29%	71.385	20%
Recursos Próprios	102.900	100%	173.948	71%	283.148	80%
Total	102.900	100%	245.333	100%	354.533	100%

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a) Informar o montante destinado à reserva; b) Explicar a natureza da destinação.

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.



III. DELIBERAÇÃO SOBRE A FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fixação do número de membros do Conselho de Administração

Nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dessa forma, a Administração da Companhia propõe que seja fixado para o Conselho de Administração o número de 6 (seis) membros.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária ou por procedimento de voto múltiplo, sendo admitida ainda a eleição em separado por acionistas minoritários. A seguir a descrição do número de membros do Conselho de Administração considerando cada uma das possíveis modalidades de votação:

- i) <u>Votação majoritária</u>: Caso seja adotado o procedimento do voto majoritário, as chapas deverão ser compostas por 6 (seis) membros.
- ii) <u>Voto múltiplo</u>: Caso seja adotado o procedimento do voto múltiplo, os membros do Conselho de Administração serão votados individualmente, não sendo usado o sistema de chapas. Nesse caso, o Conselho de Administração também será composto por 6 (seis) membros.
- iii) <u>Voto separado</u>: Caso os acionistas não controladores exerçam o direito de eleição em separado, o Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros, sendo apresentada pela administração uma nova chapa contendo 5 (cinco) conselheiros, de modo que 1 (um) conselheiro seja eleito por voto separado.
- iv) <u>Cumulação de voto múltiplo e voto separado</u>: Caso seja adotado o procedimento de voto múltiplo cumulado com o procedimento de voto separado, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração serão eleitos por voto múltiplo e 1 (um) membro será eleito por voto separado.



IV. DELIBERAR SOBRE A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao Art. 11 da Resolução CVM 81/22, apresentamos as informações requeridas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativamente aos candidatos indicados à eleição para o Conselho de Administração

Previamente à indicação dos candidatos para o Conselho de Administração da Companhia, foi realizada, pelos atuais membros do Conselho de Administração, a análise da independência de Paulo Iserhard, Roberto Faldini e Maria Cristina Capocchi Ricciardi, abaixo qualificados, para fins de suas indicações como membros independentes para o Conselho de Administração nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3. As conclusões da análise realizada pelos atuais membros do Conselho de Administração a respeito da independência dos referidos candidatos integram a presente como Anexo A.

7.3 Administradores e membros do Conselho Fiscal: Membros do Conselho de Administração:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) Data de iníciodo primeiro do mandato
Péricles Pereira Druck	18/07/1965	Engenheiro Agrônomo	432.252.410-91	Presidente do Conselho de Administração	28/04/2021	28/04/2021	02 anos	Sim	Não	28.04.1997
Eurito de Freitas Druck	11/06/1944	Diretor de Empresa	032.111.427-20	Vice Presidente do Conselho de Administração	28/04/2021	28/04/2021	02 anos	Sim	Não	04.09.1995
Paulo Sergio Viana Mallmann	28/09/1955	Advogado	228.565.950-49	Conselheiro (Efetivo)	28/04/2021	28/04/2021	02 anos	Sim	Não	26.04.2001
Paulo Iserhard	24/09/1955	Engenheiro Mecânico	184.832.910-53	Conselheiro Independente (Efetivo)	28/04/2021	28/04/2021	02 anos	Sim	Sim	20.04.2016



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) Data de iníciodo primeiro do mandato
Roberto Faldini	06/09/1948	Administrador de empresas	070.206.438-68	Conselheiro Independente (Efetivo)	28/04/2021	28/04/2021	02 anos	Sim	Sim	08.05.2018
Maria Cristina Capocchi Ricciardi	01/06/1962	Engenheira	064.857.248-00	Conselheira Independente (Efetivo)	A ser eleita em 24.04.2023	Até 30 dias após eleição	02 anos	Sim	Sim	Não aplicável



j) Critério utilizado para determinar a independência do membro do Conselho de Administração

A Companhia informa que para determinar a independência do Conselheiro utiliza o critério expresso no Regulamento do Novo Mercado.

I) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Conselho de Administração:

Eurito de Freitas Druck, diretor de empresas, Diretor da Companhia Comercial de Imóveis, ED - Administração e Participações Ltda. e da E.F. Druck - Imóveis Ltda., membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração de diversas empresas e atualmente Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações, Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., Irani Papel e Embalagem S.A., Hotel Laje de Pedra S.A., Habitasul Florestal S.A., HGE – Geração de Energia Sustentável S.A. e Irani Participações S.A.

O Sr. Eurito de Freitas Druck declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Péricles Pereira Druck, engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduado no Owner President Management Program na Harvard Business School; INSEAD-IEL-NC Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais Programme, Fontainebleau - França; Industrial Marketing Management, pela Escola de Marketing Industrial; e Conselheiro Trendsinnovation no Programa Conselheiro Trendsinnovation da INOVA BUSINESS SCHOOL. É membro do YPO - Young Presidents' Organization, desde 2003. Iniciou no Grupo Habitasul em 1995, representando o Acionista Controlador junto à Diretoria Estatutária da Irani Papel e Embalagem S.A. e, em 15/01/1999, passou a integrar a equipe diretiva da Irani Papel e Embalagem S.A., passando por várias áreas de responsabilidade. Em 29/04/2002, foi indicado Diretor Superintendente, em 02/05/2013 passou a atuar como Diretor Presidente, até julho de 2017, quanto então passou a presidir o Conselho de Administração da IRANI Papel e Embalagem S.A. Em abril de 1999, passou a atuar como membro do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações, tendo assumido a presidência do órgão em 19/07/2017. Atua também como Presidente do Conselho nas controladas da Companhia, Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., Hotel Laje de Pedra S.A., H G E – Geração de Energia Sustentável S.A. e Irani Participações S.A. De junho de 2017 a abril de 2019, ocupou o cargo de Diretor Presidente da Companhia Habitasul de Participações. Atuando também como Presidente do Conselho na subsidiária integral Habitasul Florestal S.A.

O Sr. Péricles Pereira Druck declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos



5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo Sérgio Viana Mallmann, advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Direito da Economia e dos Negócios pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. Foi Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC — Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e Conselheiro de Administração Suplente da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização. É sócio da LOF Consultoria Imobiliária Ltda, membro do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações e da Irani Papel e Embalagem S.A.

O Sr. Paulo Sérgio Viana Mallmann declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo Iserhard, Engenheiro Mecânico, com especialização em marketing (Kellogg School of Management – Northwestern University – EEUU) e em Gestão Geral (INSEAD-França), foi Diretor Presidente da Kepler Weber S.A., Diretor Geral da Condor S.A., Diretor Geral da Medabil S.A. e Vice-Presidente da Rigesa Ltda. Foi Conselheiro de diversas empresas e atualmente é Conselheiro da Companhia Habitasul de Participações, da Irani Papel e Embalagem S.A., da Lwart Participações e Empreendimentos Ltda., da Kemin South America, da Alliage SA e da GG Participações SA. É membro da YPO, do Instituto de Marketing Industrial e do Future Advisory Board e Coordenador do Programa Conselheiro Trendsinnovation da INOVA BUSINESS SCHOOL.

O Sr. Paulo Iserhard declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

O Sr. Paulo Iserhard é considerado "conselheiro independente" de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Roberto Faldini é atualmente membro independente do Conselho de Administração da Companhia, empresário, Administrador de Empresas, Mediador, Palestrante e Consultor na Área de Governança Corporativa, formado em Administração de Empresas pela EAESP - FGV em 1972, com especialização em Gestão Avançada na Fundação Dom Cabral e INSEAD - Fontainebleau – França em 1991; em Empreendedorismo na Babson College - Boston – USA em 2004; em Governança Corporativa – Corporate Governance Board Leadership - TOT – Training of Trainers na IFC – IBGC em 2009, 2011, 2013 e 2016; Foi Cofundador do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 1995 e continua atuante em várias de suas comissões. Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC em 2013. Participa de Conselhos de Administração de diversas empresas e de



organizações sem fins lucrativos. E membro associado do IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros e do FBN - Family Business Network. Foi durante 20 anos diretor executivo, acionista e membro do Conselho da Metal Leve SA, e Presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 1992, responsável na época do seu mandato pelo lançamento pioneiro das ADRs da Aracruz na Bolsa de Nova York. Foi coordenador por 5 anos, no período de 2002 a 2007, em São Paulo, do PDA do Núcleo das Empresas familiares da FDC - Fundação Dom Cabral. Foi Co-autor do livro "A dimensão Humana da Governação Corporativa", de Herbert Steinberg (Ed. Gente, 2003) e escreveu diversos artigos para revistas e jornais. Foi Coordenador e Coautor do Caderno de Boas Práticas de Governação Corporativa para Empresas de Capital Fechado do IBGC, lançado em dezembro de 2014 em SP e janeiro de 2105 em Lisboa, Portugal. Também foi coautor do caderno do IBGC "O papel do Conselho na Estratégia das Organizações" lançado em novembro de 2017.

O Sr. Roberto Faldini declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. O Sr. Roberto Faldini é considerado "conselheiro independente" de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Maria Cristina Capocchi Ricciardi

Experiência profissional

Conselheira de Administração:

Ventiur Investimentos em Novos Negócios S.A. (maio 2022 – presente)

Conselheira Consultiva:

Conselho de Inovação-BANCO ABC BRASIL (janeiro de 2023 - presente)

Fleximedical (janeiro de 2021 – presente)

Trackmob (novembro de 2020 – presente)

Deutsche Bank S/A (fevereiro de 2014 – março de 2017) Diretora Executiva (Estatutária) do Global Transaction Banking (GTB)

Brasil e GTB Latin America

Banco Citibank S/A (janeiro de 1988 – dezembro de 2013)

Diretora do Global Subsidiaries Group (GSG) Brasil e Senior Credit Officer do

Corporate and Investment Banking (fevereiro de 2010 – dezembro de 2013)

Experiência Acadêmica

CEO Now – Imersão de Transformação de Gestão – Experience Club (2022)

CCA – Certificação para Conselheira de Administração – IBGC (2021)

ESG - Como Repensar e Inovar os Negócios - IBGC (2021)

C2i – Certificação Conselheira de Inovação – Gonew School (2020)

Programa de Mentoria Diversidade em Conselhos - WCD*, IBGC*, IFC, B3 e Spencer Stuart (2020)

MasterClass Governança & Nova Economia - Gonew School (2019)



Pós MBA – Advanced Boardroom Program for Women – Saint Paul Escola de Negócios (Alumni) (2018)

Challenging Board Members in Germany – ESMT Berlin (2018)

A Sra. Maria Cristina Capocchi Ricciardi declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. A Sra. Maria Cristina Capocchi Ricciardi é considerada "conselheira independente" de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

m) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração indicados a reeleição nos últimos 5 (cinco) anos.



7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável para fins desta proposta da administração.

- 7.5 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:
- a) administradores da Companhia
- O Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Péricles Pereira Druck.
- b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Alguns administradores da Companhia são também administradores em suas controladas, conforme seque:

Habitasul Florestal S.A.: O Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Péricles Pereira Druck.

HGE – Geração de Energia Sustentável S.A.: O Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Péricles Pereira Druck.

- c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia Os Srs. Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores da controladora direta, Irani Participações S.A. O Sr. Eurito de Freitas Druck também é administrador da controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis.
- d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Os Srs. Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores da controladora direta, Irani Participações S.A. O Sr. Eurito de Freitas Druck também é administrador da controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis.

- 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:
- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social
- O Sr. Péricles Pereira Druck é também administrador das sociedades controladas da Companhia, conforme descrito acima no item 7.5(b). Não há outras relações além das descritas no item 7.5(b).
- b) controlador direto ou indireto da Companhia
- O Sr. Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores do controlador direto, Irani Participações S.A. O Sr. Eurito de Freitas Druck também é administrador da Companhia Comercial de Imóveis, controlador indireto.



O Sr. Odivan Carlos Cargnin, Sr. Sérgio Luiz Cotrim Ribas e Fabiano Alves de Oliveira são também diretores da Companhia Habitasul de Participações, sociedade sob controle comum.

O Sr. Paulo Sérgio Viana Mallmann, o Sr. Paulo Iserhard e o Sr. Roberto Faldini, conselheiros da Companhia, também são conselheiros da Companhia Habitasul de Participações, sociedade sob controle comum.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existem relação de fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor com essas pessoas.

Existem operações de compra e venda de mercadorias e serviços entre a Companhia e suas controladas cujos administradores estão informados no item 7.5 b).

Não existem outras relações consideradas relevantes pela Administração.



Anexo A

RELATÓRIO DE INDEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. OBJETO

O presente relatório consubstancia a análise e as conclusões a respeito da adequação do candidato indicado ao Conselho de Administração da Companhia ("Relatório") em relação à sua qualificação como conselheiro independente para fins do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento Novo Mercado"), segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

II. FUNDAMENTO

O Relatório foi elaborado para fins do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado.

III. PRESSUPOSTOS DE INDEPENDÊNCIA DO CONSELHEIRO

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a análise da independência dos membros do Conselho de Administração deve ser realizada em face de impedimentos objetivos – os quais, uma vez verificados, impedem a atribuição da qualificação de conselheiro independente – e parâmetros subjetivos que levam em conta o relacionamento da pessoa com a Companhia, seu acionista controlador e administradores e a possibilidade de tal vínculo afetar a independência do conselheiro de administração.

São considerados <u>impedimentos</u> à caracterização de conselheiro independente, nos termos do art. 16, § 1.º, do Regulamento do Novo Mercado:

- (i) ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) ter o exercício do voto nas reuniões do Conselho de Administração restrito ou vinculado por acordo de acionistas relacionado à Companhia;
- (iii) ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; ou
- (iv) ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.



Verificada qualquer das hipóteses de impedimento, o candidato em questão pode ser eleito ao Conselho de Administração, mas não poderá ser caracterizado como "conselheiro independente" em consonância com o Regulamento do Novo Mercado.

Caso o indicado não preencha nenhuma das hipóteses de impedimento acima referidas, devem ainda ser analisados determinados relacionamentos do candidato que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar perda da sua independência.

Segundo o art. 16, § 2.º, do Regulamento do Novo Mercado, as relações que dependem de análise são as seguintes:

- (i) parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (ii) relação de emprego ou de exercício de cargo de diretoria, nos últimos 3 (três) anos, de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (iii) relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum:
- (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Importa ressaltar que, diferentemente das hipóteses de impedimento, a existência dos relacionamentos acima não implica, necessariamente, a perda da independência. O indicado poderá ser qualificado como "conselheiro independente" a depender da magnitude, extensão e características específicas do relacionamento.

IV. INDICADOS AO CARGO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

São indicados como membros do Conselho de Administração da Companhia, com o prazo de mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração, a se encerrar na assembleia geral ordinária, que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, (i) o Sr. **Paulo Iserhard**, brasileiro, casado, com comunhão parcial



de bens, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº SSP/RS nº. 9007541734, expedida em 06/12/2018 e inscrito no CPF/MF sob o nº 184.832.910-53, residente e domiciliado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, não possui endereço comercial, como membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) o Sr. Roberto Faldini, brasileiro, casado com completa separação de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº SSP/SP nº. 3.182.138-8, expedida em 07/08/2008 e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.206.438-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Professor Vital Palma e Silva, nº 57, ap.5-B, Bairro Jardim Europa, CEP:01455-020, como membro efetivo do Conselho de Administração; e (iii) a Sra. Maria Cristina Capocchi Ricciardi, brasileira, casada em regime de separação total de bens, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 10.556.595-7 expedida em 01/08/2011 e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.857.248-00, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, não possui endereço comercial, como membro efetivo do Conselho de Administração (em conjunto, os "Candidatos").

V. ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE INDEPENDÊNCIA DOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em relação aos Candidatos ora indicados para ocupar os cargos de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, apresenta-se abaixo, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado, análise detalhada com relação aos eventuais impedimentos à sua independência e aos relacionamentos que, em função de suas características, magnitude e extensão, possam implicar a perda de sua independência.

V.1) <u>Eventuais impedimentos</u>:

A) Ser acionista controlador direto ou indireto da Companhia

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não são controladores, direto ou indireto, da Companhia.

B) Tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não têm o exercício do voto, nas reuniões do Conselho de Administração, vinculado por acordo de acionistas.

C) Relação de parentesco com acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não têm relação de matrimônio ou parentesco com acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador.



D) Atuação como empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador nos últimos 3 (três) anos

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não foram, nos últimos 3 (três) anos, empregados ou diretores da Companhia ou do acionista controlador.

- V.2) <u>Magnitude, extensão e características dos relacionamentos</u>
- A) Parentesco por afinidade, até segundo grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não são parentes, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador.

B) Relação de empregado ou de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos 3 (três) anos

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não tiveram relação de emprego, nem exerceram cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos 3 (três) anos.

C) Relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não mantêm relação comercial com a Companhia, com seu acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

D) Ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não ocupam cargo em entidade que mantenha relação comercial com a Companhia, com seu acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

E) Recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes



de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar

Com base nas informações disponíveis, os Candidatos não recebem outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

VI. RESUMO DAS CONCLUSÕES

Conforme detalhado acima, entende-se que os Candidatos podem ser considerados como conselheiros independentes para fins do Regulamento do Novo Mercado.

Porto Alegre, 23 de março de 2023.

Membros do Conselho de Administração:	
Eurito de Freitas Druck	Paulo Sergio Viana Mallmann
Roberto Faldini	Paulo Iserhard
Pericles Pereira Druck	



V. Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para exercício social de 2023

Em cumprimento ao artigo 13 da Resolução CVM nº 81 de 29.03.2022, apresentamos as informações previstas no item 8 do Formulário de Referência, relativo à Proposta de Remuneração dos Administradores.

Proposta para a remuneração anual global da Administração:

R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

O montante proposto refere-se à remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado) da Companhia, para período de janeiro a dezembro de 2023 (sem o INSS atribuído à Companhia) e compreende: i) honorários fixos e benefícios, ii) remuneração variável de curto prazo vinculada a metas a serem atingidas.

A variação da proposta atual, no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em relação à proposta do exercício anterior, no montante de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), se refere à atualização da remuneração dos administradores aos níveis de mercado, e devido a implementação do Conselho Fiscal e eleição de novo membro do Conselho de Administração propostos para aprovação nesta Assembleia.

8. Remuneração dos administradores

- 8.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:
- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 02 de dezembro de 2020, e pode ser encontrada em https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/516eff19-62b9-464f-af20-6d866d6fefd5/7fa7457a-1d52-4272-b2e5-c7ec7e2463d6?origin=1

Objetivos e práticas:

Conselho de Administração

A prática de remuneração do Conselho de Administração está embasada (i) nas responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado. Buscando, ainda:



- i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento; e
- iv) atrair, reter e motivar os administradores.

Diretoria Estatutária

A prática de remuneração da Diretoria Estatuária está embasada (i) nas responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado. Buscando, ainda:

- i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento; e
- iv) atrair, reter e motivar os administradores.

Conselho Fiscal

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida segundo a Política de Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária e de acordo com a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores.

Comitês

A prática de remuneração dos membros dos comitês está embasada (i) nas responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado. Buscando, ainda:

- i) alinhar os interesses dos membros dos Comitês aos da Administração da Companhia e dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos membros dos Comitês:
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento; e
- iv) atrair, reter e motivar os administradores.
- b. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:
- i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;



- ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;
- iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

Anualmente o Conselho de Administração avalia a remuneração dos Administradores da Companhia. A remuneração da Diretoria é determinada com base na metodologia da consultoria Korn Ferry, que leva em consideração a complexidade dos cargos e a remuneração de Mercado. A remuneração do Conselho de Administração é determinada em função do tempo de dedicação mensal à empresa de cada um de seus membros. A remuneração dos membros dos Comitês é determinada em função da sua experiência e tempo de dedicação nos respectivos Comitês.

c.composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor, sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais, sua metodologia de cálculo e de reajuste e principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração dos membros do Conselho de Administração

A presidência do Conselho de Administração fará jus a uma remuneração anual, paga nos mesmos prazos, pelo menos 10% (dez por cento) superior à do Diretor Presidente da Companhia, o que inclui remuneração fixa, variável de curto e longo prazo, bem como os mesmos benefícios atribuídos ao Diretor Presidente.

A vice-presidência do Conselho de Administração fará jus a uma remuneração anual global equivalente a 15% (quinze por cento) da remuneração do presidente do Conselho de Administração incluindo remunerações de curto e longo prazo.

A remuneração fixa dos demais membros do Conselho de Administração será definida com base (i) nas melhores práticas de mercado, (ii) na experiência do membro eleito e (iii) no tempo de dedicação de cada Conselheiro.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração fazem jus aos benefícios de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e carro.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração terão remuneração variável de curto prazo (bônus trimestral). A remuneração variável de curto prazo, atribuída ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, que poderá equivaler a até 12 (doze) remunerações fixas mensais, será paga trimestralmente e será vinculada a indicadores de desempenho econômico e financeiro da Companhia, tais como: lucro líquido, EBITDA, fluxo de caixa livre, ROE, ROIC, e compromissos públicos ESG 2030, conforme aprovação anual pelo Conselho de Administração.



Todos os membros do Conselho de Administração poderão receber remuneração variável de longo prazo (upside e/ou participação nos lucros estatutariamente previstos). Tal remuneração variável tem como premissas o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de lock up. Seu objetivo é reforçar a retenção dos conselheiros e alinhar os interesses com os dos acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. A remuneração variável de longo prazo equivalerá a até 80% da remuneração anual, e será vinculada a variação do valor teórico da ação da Companhia. A remuneração variável de longo prazo será aprovada pelo Conselho de Administração em documento específico contendo todos os mecanismos de remuneração desta natureza e utilizará a provisão de Participação dos Administradores no Lucro da Companhia, conforme art. 24 do Estatuto Social. Não está inclusa, portanto, na Remuneração Global dos Administradores aprovada anualmente em assembleia.

Remuneração dos membros da Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária será definida com base (i) na experiência do membro eleito e (ii) em pesquisa de mercado a ser realizada anualmente.

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus aos benefícios de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e carro.

Os membros da Diretoria Estatutária terão remuneração variável de curto prazo (bônus trimestral). A remuneração variável de curto prazo, que poderá equivaler a até 12 (doze) remunerações fixas mensais, será paga trimestralmente e será vinculada a indicadores de desempenho econômico e financeiro da Companhia, tais como: lucro líquido, EBITDA, fluxo de caixa livre, ROE, ROIC e compromissos públicos ESG 2030, conforme aprovação anual pelo Conselho de Administração.

Todos os membros da Diretoria Estatutária terão remuneração variável de longo prazo (upside e/ou participação nos lucros estatutariamente previstos). Tal remuneração variável tem como premissas o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de lock up. Seu objetivo é reforçar a retenção dos executivos e alinhar os interesses com os dos acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. A remuneração variável de longo prazo equivalerá a até 80% da remuneração anual, incluindo remuneração fixa e variável, e será vinculada a variação do valor da ação da Companhia A remuneração variável de longo prazo será aprovada pelo Conselho de Administração em documento específico contendo todos os mecanismos de remuneração desta natureza e utilizará a provisão de Participação dos Administradores no Lucro da Companhia, conforme art. 24 do Estatuto Social. Não está inclusa, portanto, na Remuneração Global dos Administradores aprovada anualmente em assembleia.

Comitês

A remuneração fixa dos membros dos Comitês de assessoramento é definida pelo Conselho de Administração. Os Conselheiros de Administração receberão remuneração adicional por sua



participação em Comitês e/ou outros órgãos de assessoramento da Companhia em função da sua experiência e tempo de dedicação nos respectivos Comitês. Não será atribuída remuneração variável ou benefícios aos membros dos Comitês de assessoramento.

Conselho Fiscal

Conforme o art. 15 do Estatuto Social, parágrafo único, o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá sua remuneração fixada pela Assembleia Geral, de acordo com o parágrafo 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e deverá observar os critérios estabelecidos na Política de Remuneração da Companhia.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Por meio da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais estável, incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento e o seu plano de negócios.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2022	Remuneração Fixa			Remuneração Variável		
	Honorários Fixos*	Benefícios	Participação em Comitês	Bônus Trimestral	Participação nos Lucros	Total
Conselho de Administração	51,85%	6,34%	7,06%	34,75%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	18,93%	2,61%	0,00%	17,37%	61,09%	100%

2021	Remuneração Fixa		Remuneração Variável			
	Honorários Fixos*	Benefícios	Participação em Comitês	Bônus Trimestral	Participação nos Lucros	Total
Conselho de Administração	49,73%	8,12%	7,20%	34,95%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	18,45%	2,76%	0,00%	17,35%	61,44%	100%



2020	Remuneração Fixa		Remuneração Variável			
	Honorários Fixos*	Benefícios	Participação em Comitês	Bônus Trimestral	Participação nos Lucros	Total
Conselho de Administração	51,13%	7,78%	4,68%	36,41%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	22,10%	2,91%	0,00%	19,27%	55,72%	100%

^{*} Considerado "Honorários Fixos" somente a parcela bruta atribuída à Administração, sem o INSS atribuído à Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os elementos da remuneração são determinados em função das melhores práticas de mercado e o reajuste é feito em função das variações observadas no mercado para cada função.

A Companhia realiza pesquisa anual de remuneração em empresas com características similares à da Companhia a fim de comparar e analisar a competitividade da remuneração de nossos profissionais frente ao mercado, e subsidiar necessidades de eventuais reajustes.

Diretoria Estatutária

Os elementos da remuneração e os reajustes são determinados em função das melhores práticas de mercado e com base em pesquisas salariais para cargos de responsabilidades similares, considerando a estratégia de posicionamentos da Companhia, bem como outros fatores como desempenho individual, experiência e maturidade de cada executivo.

A Companhia tem contratada a consultoria da Korn Ferry para realizar pesquisa anual de remuneração em empresas com características similares a da Companhia a fim de comparar e analisar a competitividade da remuneração de nossos profissionais frente ao mercado, e subsidiar necessidades de eventuais reajustes.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração Fixa e Benefícios: avaliação subjetiva do nível de comprometimento e entrega;

<u>Incentivos de Curto Prazo</u>: os principais indicadores de desempenho econômicos e financeiros da Companhia utilizados são: lucro líquido, EBITDA, fluxo de caixa livre, ROE, ROIC, e compromissos públicos ESG 2023, conforme aprovação anual pelo Conselho de Administração;



<u>Incentivos de Longo Prazo</u>: os principais indicadores de desempenho utilizados são: o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga em dinheiro após observado um período de *lock up*.

Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Incentivos de Curto Prazo: o acompanhamento dos indicadores é realizado trimestralmente e anualmente. Para cada indicador de desempenho é atribuído um peso e três faixas de atingimento das metas que são: Incentivo, Objetivo e Superação, sendo que cada uma das faixas corresponde a um percentual de premiação. O objetivo corresponde a 100% do alcance das metas. Caso as metas sejam superadas, a premiação cresce até o limite de 150% do Objetivo. Existe uma faixa de tolerância abaixo das metas, até um mínimo, como Incentivo, onde a premiação atinge o limite de 50% do Objetivo e abaixo disso não há premiação.

Incentivos de Longo Prazo: o acompanhamento dos indicadores é realizado a fim de verificar a evolução do valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de lock up. Seu objetivo é reforçar a retenção dos conselheiros e executivos e alinhar os interesses com os dos acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. A remuneração variável de longo prazo equivalerá a até 80% da remuneração anual, e será vinculada à variação do valor da ação da Companhia. O programa de Incentivo de Longo Prazo – ILP é aprovado pelo Conselho de Administração.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa mensal dos administradores e dos membros dos Comitês, que inclui os benefícios (exceto para membros dos Comitês), leva em consideração a experiência, o tempo de dedicação, a qualidade e representatividade dos serviços prestados. (i) as responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado às suas funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) o valor de seus serviços no mercado.

A Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus trimestral é determinada em função do atingimento das metas de curto prazo da Companhia. Busca remunerar a dedicação e o envolvimento do presidente e do vice-presidente do Conselho de Administração na gestão da Companhia e focar os diretores executivos na conquista dos resultados de curto prazo da Companhia.

A Remuneração Variável de Longo Prazo – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos busca remunerar a dedicação e o envolvimento dos membros do Conselho de Administração nos planos de longo prazo da Companhia e, em relação aos Diretores, busca remunerar a dedicação, o comprometimento e compartilhar os resultados de longo prazo conquistados pela Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato



Não existem membros não remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia receberam remuneração fixa de Irani Participações S.A. e Companhia Comercial de Imóveis, controladores diretos e indiretos em função do tempo de dedicação e responsabilidades assumidas perante tais empresas. Para mais informações, vide item 8.19 anexo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 180.000,00 foram pagos a membros do Conselho de Administração pela Companhia Comercial de Imóveis e R\$ 18.000,00 foram pagos pela Irani Participações S.A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R\$ 165.000,00 foram pagos a membros do Conselho de Administração pela Companhia Comercial de Imóveis e R\$ 18.000,00 foram pagos pela Irani Participações S.A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$ 165.000,00 foram pagos a membros do Conselho de Administração pela Companhia Comercial de Imóveis e R\$ 18.000,00 foram pagos pela Irani Participações S.A.

Não há remuneração suportada por subsidiárias.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Até o exercício de 2022, a Companhia não possuía Conselho Fiscal constituído. Está sendo proposto para esta AGO a instalação do Conselho Fiscal a partir de 2023.



Remuneração -previsto para o exercício social corrente (2023)

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Número total de Membros	5,67	5,00	2,00	12,67	
Número de membros remunerados	5,67	5,00	2,00	12,67	
Remuneração Fixa Anual	4.657.768,80	6.413.046,93	206.906,96	11.277.722,69	
Salário / Pró- labore	3.861.768,80	5.733.046,93	206.906,96	9.801.722,69	
Benefícios diretos e indiretos	400.000,00	680.000,00	0,00	1.080.000,00	
Participação em Comitês	396.000,00	n/a	0,00	396.000,00	
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	
Remuneração	1.608.896,64	20.059.393,83	n/a	21.668.290,47	
Variável					
Bônus	1.608.896,64	3.586.387,25	n/a	5.195.283,89	
Participação nos resultados*	0,00	16.473.006,58	n/a	16.473.006,58	
Participação em Reuniões	N/A	N/A	n/a	N/A	
Comissões	N/A	N/A	n/a	N/A	
Outros	N/A	N/A	n/a	N/A	
Benefícios pós- emprego	N/A	N/A	n/a	N/A	
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	n/a	N/A	
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A	n/a	N/A	
Total da remuneração	6.266.665,44	26.472.440,76	n/a	32.946.013,16	
Observação	A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, verificado anualmente, de acordo com os critérios do programa de Remuneração				



Variável de Longo Prazo aprovado pelo Conselho de Administração. Essa participação não está incluída na remuneração global dos administradores aprovada anualmente nos termos dos artigos 152, §1º e 190, caput, da Lei das S.A.

O Conselho de Administração aprovou um programa de Upside 2022 em diante para a Diretoria. O Conselho de Administração não participa deste programa. A participação dos administradores destacada equivalente a 10% do Lucro Líquido de cada ano para fazer frente ao pagamento deste programa de Upside. O valor da provisão de 10% pode ser superior ou inferior ao efetivamente apurado. Caso a provisão de participação seja maior, o saldo será mantido para fazer frente a programas futuros a serem aprovados pelo Conselho de Administração. Caso a provisão seja menor, o valor a pagar excedente será lançado como despesa na demonstração de resultados.

O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/ANUAL-2023-CVM/ SEP.

Remuneração – exercício social encerrado em 31.12.2022

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00
Remuneração Fixa Anual	3.661.070,81	5.447.563,90	9.108.634,71
Salário / Pró-labore	2.909.315,36	4.787.949,32	7.697.264,68
Benefícios diretos e indiretos	355.755,45	659.614,58	1.015.370,03
Participação em Comitês	396.000,00	n/a	396.000,00
Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	1.950.200,82	19.844.988,51	21.795.189,33
Bônus	1.950.200,82	4.393.076,49	6.343.277,31
Participação nos resultados*	0,00	15.451.912,02	15.451.912,02
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A



Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	5.611.271,63	25.292.552,41	30.903.824,04
Observação	A participação nos rea a critério do Conselle Estatuto Social, em verificado anualmente de Remuneração Verificado anualmente de Remuneração anualmente nos termedas S.A. O Conselho de Administradores de administradores de administradores de administradores de participação seja frente a programas fue Administração. Caso excedente será lanço resultados. O número de membro corresponder à médiórgão aferido membro de de casa a membro corresponder a médiórgão aferido membro de membro corresponder a médiórgão aferido membro de membro de membro corresponder a médiórgão aferido membro de	esultados dos administração, função do desempere, de acordo com os contração. Essa participare global dos administração aprovou um a Diretoria. O Consel ste programa. A destacada equivalente o para fazer frente a esta o como despesa restado como despesa restado como despesa restado no Ofício-Circular/	tradores é distribuída conforme art. 24 do enho da companhia, critérios do programa razo aprovado pelo ção não está incluída stradores aprovada o e 190, caput, da Lei programa de Upside lho de Administração participação dos e a 10% do Lucro ao pagamento deste o de 10% pode ser ido. Caso a provisão mantido para fazer dos pelo Conselho de nor, o valor a pagar na demonstração de apurado de forma a le membros de cada as casas decimais,

Remuneração – exercício social encerrado em 31.12.2021

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00
Remuneração Fixa Anual	3.396.941,10	4.846.154,04	8.243.095,14
Salário / Pró-labore	2.597.058,92	4.214.906,13	6.811.965,05
Benefícios diretos e indiretos	423.882,18	631.247,91	1.055.130,09
Participação em Comitês	376.000,00	n/a	376.000,00
Outros	n/a	n/a	n/a



Remuneração Variável	1.824.890,06	17.995.549,48	19.820.439,54
Bônus	1.824.890,06	3.963.782,14	5.788.672,20
Participação nos resultados*	0,00	14.031.767,34	14.031.767,34
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	5.221.831,16	22.841.703,52	28.063.534,68
Observação	a critério do Conselle Estatuto Social, em verificado anualmente de Remuneração Verificado anualmente de Remuneração de Administra remuneração anualmente nos termedas S.A. O Conselho de Administra 2019-2021 para a Disparticipa deste progradestacada equivalente para fazer frente ao valor da provisão de efetivamente apurado maior, o saldo será futuros a serem aprocaso a provisão sej lançado como despero o número de membro corresponder à médiórgão aferido membro de serial de conservado de serial de conservado de membro corresponder à médiórgão aferido membro de membro de serial de conservado de serial de conservado de membro de membro de membro de membro de serial de conservado de serial de conservado de membro de membro de serial de conservado de conservado de serial de conservado	esultados dos administração, função do desempere, de acordo com os contração. Essa participados dos artigos 152, §1º mistração aprovou um retoria. O Conselho dos administração aprovou um retoria. O Conselho dos ana. A participação dos teras 10% do Lucro Les pagamento deste proversão dos a provisão dos mantido para fazero vados pelo Conselho a menor, o valor a pasa na demonstração do ros de cada órgão foi fa anual do número dos almente, com dua no Ofício-Circular/	conforme art. 24 do nho da companhia, critérios do programa razo aprovado pelo ção não está incluída stradores aprovada e e 190, caput, da Lei programa de Upside e Administração não os administradores é íquido de cada ano grama de Upside. O perior ou inferior ao de participação seja frente a programas o de Administração. agar excedente será de resultados. apurado de forma a de membros de cada s casas decimais,

Remuneração – exercício social encerrado em 31.12.2020

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	5,00	10,00



Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00	
Remuneração Fixa Anual	2.930.490,66	4.526.622,33	7.457.112,99	
Salário / Pró-labore	2.356.232,24	4.000.754.92	6.356.987,16	
Benefícios diretos e indiretos	358.558,42	525.867,41	884.425,83	
Participação em Comitês	215.700,00	n/a	215.700,00	
Outros	n/a	n/a	n/a	
Remuneração Variável	1.677.726,28	13.572.642,75	15.250.369,03	
Bônus	1.677.726,28	3.487.259,90	5.164.986,18	
Participação nos resultados*	0,00	10.085.382,85	10.085.382,85	
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	
Comissões	N/A	N/A	N/A	
Outros	N/A	N/A	N/A	
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	
Benefícios pela cessação do	N/A	N/A	N/A	
exercício do cargo				
Remuneração baseada em	N/A	N/A	N/A	
ações, incluindo opções				
Total da remuneração	4.608.216,94	18.099.265,08	22.707.482,02	
Observação	a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 Estatuto Social, em função do desempenho da companh verificado anualmente, de acordo com os critérios do prograt de Remuneração Variável de Longo Prazo aprovado p Conselho de Administração. Essa participação não está incluina remuneração global dos administradores aprova anualmente nos termos dos artigos 152, §1º e 190, caput, da das S.A. O Conselho de Administração aprovou um programa de Ups 2019-2021 para a Diretoria. O Conselho de Administração reparticipa deste programa. A participação dos administradores destacada equivalente a 10% do Lucro Líquido de cada a para fazer frente ao pagamento deste programa de Upside valor da provisão de 10% pode ser superior ou inferior efetivamente apurado. Caso a provisão de participação simaior, o saldo será mantido para fazer frente a program futuros a serem aprovados pelo Conselho de Administração Caso a provisão seja menor, o valor a pagar excedente se lançado como despesa na demonstração de resultados. O número de membros de cada órgão foi apurado de forma corresponder à média anual do número de membros de ca órgão aferido mensalmente, com duas casas decima conforme detalhado no Ofício-Circular/ ANUAL-2023-CV			



8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/ANUAL-2023-CVM/ SEP.

Até o exercício de 2022, a Companhia não possuía Conselho Fiscal constituído. Está sendo proposto para esta AGO a instalação do Conselho Fiscal a partir de 2023.

Remuneração variável - previsto para o exercício social corrente (2023)

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,67	5,00	2,00	12,67
Número de membros remunerados	5,67	5,00	2,00	12,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.413.344,96	5.379.580,88	n/a	7.792.925,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.608.896,64	3.586.387,25	n/a	5.195.283,89
Valor efetivamente reconhecido				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	16.473.060,58	n/a	16.473.006,58
Valor efetivamente reconhecido				

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2022

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00



Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de	n/a	n/a	n/a
remuneração			
Valor máximo previsto no plano de	1.976.916,41	4.321.301,66	6.298.218.07
remuneração			
Valor previsto no plano de remuneração,	1.317.944,28	2.880.867,77	4.198.812,05
caso as metas sejam atingidas			
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.950.200,82	4.393.076,49	6.343.277,31
do exercício social			
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de	n/a	n/a	n/a
remuneração			
Valor máximo previsto no plano de	n/a	n/a	n/a
remuneração			
Valor previsto no plano de remuneração,	0,00	13.127.080,43	13.127.080,43
caso as metas sejam atingidas			
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	15.451.912,02	15.451.912,02

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2021

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.933.853,88	4.040.399,77	5.974.253,65
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.289.235,92	2.696.266,51	3.985.502,43
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.824.890,06	3.963.782,14	5.788.672,20
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	13.196.000,00	13.196.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	14.031.767,34	14.031.767,34



Remuneração variável -exercício social encerrado em 31.12.2020

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	5,00	10,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	10,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.933.853,88	3.903.079,35	5.836.933,23
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.289.235,92	2,602.052,90	3.891.288,82
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.677.726,28	3.487.259,90	5.164.986,18
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	10.085.382,85	10.085.382,85

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a) termos e condições gerais; b) data de aprovação e órgão responsável; c) número máximo de ações abrangidas; d) número máximo de opções a serem outorgadas; e) condições de aquisição de ações; f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; g) critérios para fixação do prazo de exercício; h) forma de liquidação; i) restrições à transferência das ações; j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária em vigor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto



no início do exercício social, perdidas e expiradas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social; e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não houve remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária reconhecida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, nem prevista para o exercício social em curso.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) data de outorga, e) quantidade de opções outorgadas; f) prazo para que as opções se tornem exercíveis, g) prazo máximo para exercício das opções; h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, i) valor justo das opções na data da outorga; j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

Não havia opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação às opções ainda não exercíveis informar: i) quantidade; ii) data em que se tornarão exercíveis; iii) prazo máximo para exercício das opções; iv) prazo de restrição à transferência das ações; v) preço médio ponderado de exercício; vi) valor justo das opções no último dia do exercício das opções; iii) prazo de restrição à transferência das ações; iv) preço médio ponderado de exercício; v) valor justo das opções no último dia do exercício social; f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) numero de ações; e) preço médio ponderado de exercício; f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022.



8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) data de outorga; e) quantidade de ações outorgada; f) prazo máximo para entrega das ações; g) prazo de restrição à transferência das ações; h) valor justo das ações na data da outorga; i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

Não houve opções ou outorgas exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) número de ações; e) preço médio ponderado de aquisição; f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas; g) multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d) forma de determinação da volatilidade esperada; e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável tendo em vista que não foram reportadas informações nos itens 8.5 a 8.11 acima.



8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

As participações em ações, quotas e/ou outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos membros da administração da Companhia, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, estão indicadas a seguir:

	Emissora -	Emiss	ora -	-
Em	Participação	Participação Indireta		direta
31.12.2022	direta			
				HGE Geração
				de Energia
				Sustentável
	Irani Papel e	Irani Papel e		S.A.
	Embalagem S.A.	Embalagem S.A.		(controlada)
	ON	ON		ON
Ações				
detidas pelo:				
Conselho de				4
Administração	983.136	37.036.101		1
Diretoria				
Estatutária	567.471	-		-

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) nome do plano; e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f) condições para se aposentar antecipadamente; g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou aos diretores estatutários.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal



O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/ANUAL-2023-CVM/ SEP.

Até o exercício de 2022, a Companhia não possuía Conselho Fiscal constituído. Está sendo proposto para esta AGO a instalação do Conselho Fiscal.

Exercício social encerrado em 31.12.2022

DIRET	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros)					
	Número	Número de	Valor da Maior	Valor da Menor	Valor Médio de	
Ano	de	membros	Remuneração	Remuneração	Remuneração	
	Membros	remunerados	Individual	Individual	Individual	
2022	5,00	5,00	3.114.354,55	1.332.431,23	1.881.916,86	
CONS	ELHO DE AD	MINISTRAÇÃO (em R\$, exceto núme	ero de membros)		
	Número	Número de	Valor da Maior	Valor da Menor	Valor Médio de	
Ano	de	membros	Remuneração	Remuneração	Remuneração	
	Membros	remunerados	Individual	Individual	Individual	
2022	5,00	5,00	3.434.460,20	246.962,88	1.088.623,55	

O membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que detém a maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício encerrado em 31.12.2022.

Exercício social encerrado em 31.12.2021

DIRET	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros)					
	Número	Número de	Valor da Maior	Valor da Menor	Valor Médio de	
Ano	de	membros	Remuneração	Remuneração	Remuneração	
	Membros	remunerados	Individual	Individual	Individual	
2021	5,00	5,00	3.007.841,80	1.226.896,84	1.761.987,24	
CONS	ELHO DE AD	MINISTRAÇÃO (em R\$, exceto núme	ero de membros)		
	Número	Número de	Valor da Maior	Valor da Menor	Valor Médio de	
Ano	de	membros	Remuneração	Remuneração	Remuneração	
	Membros	remunerados	Individual	Individual	Individual	
2021	5,00	5,00	3.379.176,55	197.243,39	1.044.366,23	

O membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que detém a maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício encerrado em 31.12.2021.



Exercício social encerrado em 31.12.2020

DIRET	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros)					
	Número	Número de	Valor da Maior	Valor da Menor	Valor Médio de	
Ano	de	membros	Remuneração	Remuneração	Remuneração	
	Membros	remunerados	Individual	Individual	Individual	
2020	5,00	5,00	2.844.607,24	1.063.306,52	1.602.776,45	
CONS	ELHO DE AD	MINISTRAÇÃO (em R\$, exceto núme	ero de membros)		
	Número	Número de	Valor da Maior	Valor da Menor	Valor Médio de	
Ano	de	membros	Remuneração	Remuneração	Remuneração	
	Membros	remunerados	Individual	Individual	Individual	
2020	5,00	5,00	3.202.842,25	95.767,57	900.903,39	

O membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que detém a maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício encerrado em 31.12.2020.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em casos de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

ORGÃO	Prevista 2023	dez/22	dez/21	dez/20
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	79,93%	82,38%	83,76%	89,83%
Conselho Fiscal	0,00%	Não há	Não há	Não há

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável, visto que não houve valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por outra razão senão a função que ocupam.



8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os valores a seguir foram pagos em decorrência de participações nos Conselhos de Administração e Diretorias Estatutárias dos controladores diretos e indiretos da Companhia.

Até o exercício de 2022, a Companhia não possuía Conselho Fiscal constituído. Está sendo proposto para esta AGO a instalação do Conselho Fiscal a partir de 2023.

Previsto Exercício social Corrente - 2023

(em R\$)	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
Controladas do emissor	-	-	-	-
Controladores diretos e indiretos do emissor	183.000,00	0,00	0,00	183.000,00
Sociedades sob controle comum	1.274.219,60	0,00	0,00	1.274.219,60

Exercício social 2022

(em R\$)	Conselho de	Diretoria	Total
	Administração	Estatutária	
Controladas do emissor	1	-	-
Controladores diretos e indiretos do emissor	183.000,00	0,00	183.000,00
Sociedades sob controle comum	1.274.219,60	120.000,00	1.394.219,60

Exercício social 2021

(em R\$)	Conselho de	Diretoria	Total
	Administração	Estatutária	
Controladas do emissor	-	-	-
Controladores diretos e indiretos do emissor	183.000,00	0,00	183.000,00
Sociedades sob controle comum	1.146.356,00	260.000,00	1.406.356,00

Exercício social 2020

(em R\$)	Conselho de	Diretoria	Total
	Administração	Estatutária	
Controladas do emissor	-	-	-
Controladores diretos e indiretos do emissor	198.000,00	0,00	198.000,00
Sociedades sob controle comum	1.099.049,50	250.000,00	1.349.049,50



8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.



VI. Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2023, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia

Em atenção ao pedido formulado por acionistas minoritários da Companhia em 06 de março de 2023, solicitando a inclusão, no boletim de voto a distância para a AGO, de membros efetivo e suplente para concorrer a eleição em separado do Conselho Fiscal, a administração da Companhia resolveu propor a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.



VII. Caso aprovada a matéria do item "VI" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia

Nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, efetivos e suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho Fiscal pode ser realizada por votação majoritária ou em separado. A seguir a descrição do número de membros do Fiscal considerando cada uma das possíveis modalidades de votação:

i) <u>Votação majoritária</u>: No procedimento do voto majoritário, serão eleitos até 2 (dois) membros efetivos e suplentes, considerando a apresentação, por acionistas minoritários da Companhia, de candidatos para eleição em separado. Para a votação majoritária, a administração da Companhia apresenta os candidatos a seguir:

No	Efetivo	Suplente
1	Renê Sanda	Andre Luis Martinewski
2	Rosângela Costa Süffert	Mircon Roberto Becker

ii) <u>Voto separado</u>: Caso os acionistas não controladores exerçam o direito de eleição em separado, será eleito em separado 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal da Companhia. Para a eleição em separado, a administração da Companhia recebeu a indicação dos candidatos a seguir:

No	Efetivo	Suplente
1 ¹	Giselle Cilaine Ilchechen Coelho	Marcelo Rodrigues de Farias
2 ²	Letícia Pedercini Issa	Maria Elvira Lopes Gimenez

Diante da informação de que acionistas minoritários da Companhia apresentaram candidatos para eleição em separado, a administração da Companhia informa que apresenta dois membros efetivos e suplentes para a eleição majoritária do Conselho Fiscal, assim como os candidatos efetivo e suplente propostos pelos acionistas minoritários para a eleição em separado nesta Proposta.

Em atendimento ao Art. 11 da Resolução CVM 81/22, apresentamos as informações requeridas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativamente aos <u>candidatos indicados à eleição para o</u> Conselho Fiscal.

¹ Indicados pelos seguintes acionistas: (i) BB Top Ações Dividendos FIA; (ii) BB Top Ações Small Caps Fdo de Investimento; (iii) BB Top Ações Indice de Sustentabilidade Empresarial Is FIA; (iv) Brasilprev Top Ações Dividendos FI; (v) BB Ações Governança Is FI; (vi) Brasilprev Top Plus Fdo de Invest de Ações; (vii) Brasilprev Top Multimercado Me Fundo de Investimento CP; e (viii) BB Top Ações Agro Fundo de Investimento em Ações.

² Indicados pelos seguintes acionistas: (i) Delphos Income Fundo de Investimento em Ações; (ii) Trígono Icatu 100 Fundo de Investimento em Ações Previdenciário; (iii) Trígono Horizon Microcap Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações; e (iv) Vitreo Trígono Prev 100 Small Caps Fife FIA.



7.3 Administradores e membros do Conselho Fiscal:

Membros do Conselho Fiscal:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	j) Membro Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
Renê Sanda	09/03/1964	Gestor Executivo, Financeiro e de Riscos	050.142.628-05	Membro efetivo do Conselho Fiscal	A ser eleito em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia	Sim	N/A	N/A
Andre Luis Martinewski	09/04/1962	Professor	442.486.280-15	Membro suplente do Conselho Fiscal	A ser eleito em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia	Sim	N/A	N/A
Rosângela Costa Süffert	22/09/1969	Consultora de Análise Financeira e Governança	593.832.670-20	Membro efetivo do Conselho Fiscal	A ser eleita em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária	Sim	N/A	N/A



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
							da Companhia			
Mircon Roberto Becker	26/12/1972	Diretor Administrativo Financeiro	711.000.329-91	Membro suplente do Conselho Fiscal	A ser eleito em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia	Sim	N/A	N/A
Giselle Cilaine Ilchechen Coelho	06/11/1980	Diretora e Gerente Executiva de Empresa	032.395.219-46	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	A ser eleita em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia	Não. Indicada pelos seguintes acionistas: (i) BB Top Ações Dividendos FIA; (ii) BB Top Ações Small Caps Fdo de Investimento; (iii) BB Top Ações Indice de Sustentabilidade Empresarial Is FIA; (iv)	N/A	N/A



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
								Brasilprev Top		
								Ações		
								Dividendos FI;		
								(v) BB Ações		
								Governança Is		
								FI; (vi)		
								Brasilprev Top		
								Plus Fdo de		
								Invest de Ações;		
								(vii) Brasilprev		
								Top		
								Multimercado		
								Me Fundo de		
								Investimento		
								CP; e (viii) BB		
								Top Ações Agro		
								Fundo de		
								Investimento em		
							A44 -	Ações.		
Manuela		Gerente		Manakas	A		Até a	Não. Indicado		
Marcelo	02/40/4000	Executivo de	044.057.207.07	Membro	A ser eleito	Até	próxima	pelos seguintes	NI/A	NI/A
Rodrigues	03/10/1969	Análise e	844.057.327-87	Suplente do	em	24/05/2023	Assembleia	acionistas:	N/A	N/A
de Farias		Alocação		Conselho Fiscal	24/04/2023		Geral	(i) BB Top		
							Ordinária	Ações		



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
		Doméstica e					da	Dividendos FIA;		
		Professor					Companhia	(ii) BB Top		
								Ações Small		
								Caps Fdo de		
								Investimento;		
								(iii) BB Top		
								Ações Indice de		
								Sustentabilidade		
								Empresarial Is		
								FIA; (iv)		
								Brasilprev Top		
								Ações		
								Dividendos FI;		
								(v) BB Ações		
								Governança Is		
								FI; (vi)		
								Brasilprev Top		
								Plus Fdo de		
								Invest de Ações;		
								(vii) Brasilprev		
								Тор		
								Multimercado		
								Me Fundo de		
								Investimento		
								CP; e (viii) BB		



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
								Top Ações Agro Fundo de Investimento em Ações.		
Letícia Pedercini Issa	02/06/1980	Administradora	050.802.886-80	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	A ser eleita em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia	Não. Indicada pelos seguintes acionistas: (i) Delphos Income Fundo de Investimento em Ações; (ii) Trígono Icatu 100 Fundo de Investimento em Ações Previdenciário; (iii) Trígono Horizon Microcap Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações; e (iv)	N/A	N/A



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
								Vitreo Trígono Prev 100 Small Caps Fife FIA.		
Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/1970	Conselheira Fiscal e de Administração, Consultora e Comitê	136.012.018-10	Membro Suplente do Conselho Fiscal	A ser eleita em 24/04/2023	Até 24/05/2023	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia	Não. Indicada pelos seguintes acionistas:(i) Delphos Income Fundo de Investimento em Ações; (ii) Trígono Icatu 100 Fundo de Investimento em Ações Previdenciário; (iii) Trígono Horizon Microcap Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações; e (iv) Vitreo Trígono	N/A	N/A



a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Proposto pelo Controlador	Indepedente	k) data de início do primeiro do mandato
								Prev 100 Small Caps Fife FIA.		



j) Critério utilizado para determinar a independência do membro do Conselho Fiscal.

Não aplicável para membros do Conselho Fiscal.

I) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Conselho Fiscal:

1- Renê Sanda: Mestre e Graduado em Estatística pela Universidade de São Paulo; Graduado em Contabilidade pela FIPECAFI; MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC; Banking - Citibank - Fort Lauderdale (EUA); foi Diretor de Investimentos da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Diretor de Gestão de Riscos, Gerente Adjunto do BB Nova lorque - EUA, Diretor Adjunto do Banco do Brasil Securities - EUA, Gerente Executivo da Diretoria de Finanças. Gestor Certificado pela ANBIMA; Certificado de Profissional de Investimento do ICSS; Global Association of Risk Professionals - GARP; Certificações Series 3, 4, 7, 24 e 63 da FINRA Financial Industry Regulatory Authority - sucessora da National Association of Securities Dealers (NASD); e Conselheiro de Administração e Fiscal certificado pelo IBGC. Atuou como membro do Conselho de Administração da CGT Eletrosul; membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da CEB - Centrais Elétricas de Brasília; membro do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos -FGC; membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Fundição Tupy; membro do Conselho de Administração da Petroflex; membro do Conselho de Administração do BB Securities Ltd. - London (UK); membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil Securities LLC - NY (USA); Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas e da Comissão de Gestão de Riscos da CPFL Energia S.A.; membro do Comitê de Auditoria da DataPrev; Membro do Conselho Fiscal da Eletrobrás Distribuição Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima; Membro do Conselho Fiscal da CPFL e CPFL Geração; Advisory Council Member - PRI United Nations Principles for Responsible Investment; e hoje atua como membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da ES Gás; Presidente do Conselho Fiscal da CEB Holding; Comitê de Riscos e de Capital da BB Seguridade Participações.

O Sr. Renê Sanda declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

<u>2- Andre Luis Martinewski</u>: Professor Associado da área de Finanças e Contabilidade da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde 1990, nos níveis Graduação, Extensão e Pós-Graduação. Ocupou cargos de Superintendente de Infraestrutura, Secretário do Patrimônio Histórico, Vice-diretor da Escola de Administração e Presidente do Conselho de Curadores da universidade. Foi membro do Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Doutor em Administração - ênfase Controle Gerencial - Instituto COPPEAD de



Administração/UFRJ. Mestre em Administração - ênfase Contabilidade - pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS. Graduado em Administração de Empresas, Administração Pública e Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de UFRGS. Revisor técnico das obras Sistemas de Informações Contábeis, IFRS 2012 – Interpretação e Aplicação, e IFRS: Guia de Aplicação do Valor Justo do Grupo A/Editora Bookman. Professor convidado para cursos de Pós-Graduação (lato sensu) em diversas outras instituições (em especial, Universidade de Caxias do Sul). Membro da Comissão Assessora de Área – Administração - do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) para os ciclos 2012 e 2105.

Exerce, ainda, atividades de consultoria junto a pequenas empresas nas áreas de Finanças e de Contabilidade, em especial, planejamento de caixa e informação contábil. Anteriormente, trabalhou como auditor assistente das empresas Diehl, Biedermann, Bordasch, S/C – Auditores, Price Waterhouse Auditores Independentes, e Roberto Dreyfuss S/C - Auditores Independentes.

O Sr. Andre Luis Martinewski declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

3- Rosângela Costa Süffert: Bacharel em Ciências Contábeis pela UFRGS; Pós Graduação em Gestão Empresarial pela UFRGS; Certificada CNAI; Certificada pelo CFC, CVM e BACEN; Certificada Membro do Comitê de Auditoria pelo IBGC; Presidente da BYU Management Society – Capítulo Porto Alegre; Atuou como, Diretora de Auditoria, Gerente Sênior de Auditoria e Gerente de Auditoria Contábil de Auditoria na KPMG Auditores Independentes; Consultora de Análise Financeira e Governança em diversas empresas; e hoje atua como membro do Conselho Fiscal (suplente) pela RTDR Participações S.A.; e membro do Comitê de Auditoria da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A Sra. Rosângela Costa Süffert declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

4- Mircon Roberto Becker: Mestre em Administração e Negócios pela UNOESC; Bacharel em Ciências Contábeis pela UNOESC; Especialista em Contabilidade Gerencial e Custos pela UNOESC; MBA em Gestão Empresarial pela FGV; Conselheiro de Administração pelo IBGC; Innovation Bootcamp in Silicon Valley, San Francisco; Relações Governamentais e Institucionais pela ABERJE; Programa Internacional de Educação Executiva - Gestão da Inovaçã pela, IEL; APG Sênior Programa da Gestão Avançada pela Amana-Key; Finanças Corporativas pela Fundação Don Cabra. Atuou como Diretor Executivo na Fundação Cetepi/Polo Inovação Vale do Rio do Peixe Mai; Assessor da Diretoria e Relações Institucionais e Gerente de Administração e Finanças na Irani Papel e Embalagem S.A.; Membro e Diretor na ACIOC-Associação Empresarial do Oeste de SC; Diretor Executivo na Companhia Habitasul de Participações; Diretor Executivo na Metalúrgica Koch S.A.; Gerente Geral



na Agroforestal Oberá SRL (Argentina); Gerente Administrativo na Deycon Comércio e Representações Ltda – Grupo Pegoraro; e Gerente Administrativo na Coorlajo – Cooperativa Regional de Lacticínios Joaçaba; e hoje atua como Diretor Administrativo Financeiro Inca3 Administradora de Bens Ltda.

O Sr. Mircon Roberto Becker declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

5- Giselle Cilaine Ilchechen Coelho:

- a) Formação Acadêmica:
 - o Graduação em Sistemas de Informação, 2007 (UPIS DF).
 - Pós-Graduação em Administração, Finanças Empresariais e Negócios, 2010 (ESAB DF).
 - MBA em Administração de Empresas com ênfase em Governança Corporativa, 2016 (FGV Brasília DF).
 - o Mestrado em Administração de Empresas, 2018 (FGV, RJ).
 - Formação Executivos Banco do Brasil, 2018/2019 (Insper, SP).
 - o Fintech Executive Program, 2019 (StartSe, SP).
 - o Silicon Valley Mission Fintech San Francisco California, 2019.
 - o Organization Design for Digital Transformation, 2020 (MIT).
 - Digital Transformation leading people, data and technology, 2021 (UC Berkeley).
 - o Conselho de Administração, 2019 (IBGC).
 - o Programa Dirigentes BB, 2022 (LHH).

b) Experiências profissionais:

- o Desde 14.09.2022 Diretora Executiva BB Asset.
- Desde 2022 Membro do Conselho de Administração de Recursos de Terceiros Anbima.
- 2022 a atual Coordenadora e Membro do Comitê de Ética e Disciplina BB Asset.
- Desde 2018 Coordenadora e Membro do Comitê de Tecnologia e Inovação BB Asset.
- 2022 a atual Coordenadora do Comitê de Administração Fundos e Gestão Corporativa BB Asset.

A Sra. Giselle Cilaine Ilchechen Coelho declara que é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que desempenha, ou desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

6- Marcelo Rodrigues de Farias:

- a) Formação Acadêmica:
 - o Mestrado em Administração IBMEC RJ (2010).



- MBA em Finanças Corporativas Universidade Cândido Mendes (1998).
- Graduação em Processamento de Dados Universidade Veiga de Almeida (1990).

b) Experiências profissionais:

- 2020 a atual Gerente Executivo de Análise e Alocação Doméstica, da BB DTVM, asset manager do Banco do Brasil, integrando as áreas de Pesquisa Macroeconômica, Análise Fundamentalista e Quantitativa, Análise de Crédito e Gestão de Fundos de Alocação.
- 2019 a 2020 Gerente Executivo de Governança, Regulação e Compliance da BB DTVM, responsável pelos processos de Governança Corporativa, adequação legal e compliance da companhia.
- 2013 a 2019 Gerente de Divisão de Análise de Crédito, responsável pela equipe de avaliação econômico-financeira de empresas e projetos de investimentos e operações estruturadas na BB DTVM.
- 2020 a atual Conselheiro Deliberativo da AMEC Brasil Associação de Investidores no Mercado de Capitais.
- 2019 a atual Professor colaborador do IBMEC Online, em disciplinas ligadas à área de Finanças e Mercado de Capitais.

O Sr. Marcelo Rodrigues de Farias declara que é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que desempenha, ou desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

7- Letícia Pedercini Issa

a) Formação Acadêmica:

 Bacharel em Administração pela FEAD – Minas – Centro de Gestão Empreendedora (2002).

b) Experiências profissionais:

- De 2019 a atual Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan).
- De 2021 a atual Membro Titular do Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás).
- De 2021 a atual Membro Suplente do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A.
 (Baza).
- De 2022 a atual Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília S.A. (CEB).
- De 2020 a 2021 Membro Suplente do Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás).
- De 2017 a 2019 Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cia de Saneamento do Estado de São Paulo S.A. (SABESP).



A Sra. Letícia Pedercini Issa declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

8- Maria Elvira Lopes Gimenez

- a) Formação Acadêmica:
 - Bacharel em Ciências Econômicas Instituto Santanense de Ensino Superior Uni Sant'Ana – SP – 1987 a 1992.
 - Ciências Contábeis em curso pela Faculdade Metropolitanas Unidas "FMU" Previsão de término dez/2023.

b) Experiências profissionais:

- O Bacharel em Ciências Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado em Companhias de renome no mercado sendo reinvestida no cargo por vários exercícios consecutivos.
- o 03/2013 a 09/2019 –Solução Governança Corporativa E Consultoria Ltda Jorge Lepeltier Consultores Associados, atuou em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, também desenvolveu vários trabalhos na coordenação financeira, administrativa e prestação serviços de assessoramento na área governança corporativa.

A Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

m) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos candidatos indicados para o Conselho Fiscal nos últimos 5 (cinco) anos.



7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável para fins desta proposta da administração.

7.5	Relações	conjugais,	uniões	estáveis	ou	parentesco	até (o segundo	grau	existentes
entre:										

a) administradores da Companhia

Não há.

b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Não há.

- 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:
- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não há.

b) controlador direto ou indireto da Companhia

Não há.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.



4. MANUAL DA PLATAFORMA



Manual da plataforma - Participante



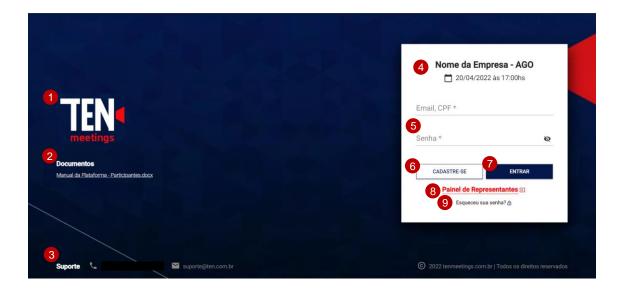
Sumário

Informações Gerais	2
Página de Acesso	
Página do Evento	3
Pedir a Palavra	4
Bate Papo	6
Documentos Disponíveis	6
Acionista Pessoa Física	7
Cadastro de acionista Pessoa Física	7
Perfil - Acionista	9
Pautas - Votar como Acionista	10
Procurador	13
Cadastro de Procurador e seus Outorgantes	13
Perfil - Procurador	20
Pautas - Votar como Procurador	20



Informações Gerais

Página de Acesso



Legenda

- 1. Logo da companhia.
- 2. Espaço para textos e documentos orientativos que a companhia quiser disponibilizar.
- 3. Contato da companhia para suporte no evento.
- 4. Informações do evento:
 - a. Nome da companhia;
 - b. Tipo da assembleia;
 - c. Data da assembleia;
 - d. Hora de início da assembleia.
- 5. Login e senha do usuário cadastrado para entrar no evento.
- 6. Botão para cadastro, caso o usuário ainda não tenha se cadastrado.
- 7. Botão para entrar no evento após a aprovação da companhia.
- 8. Direcionamento para o "PAINEL DE REPRESENTANTE", onde o representante, após realizar seu cadastro pessoal, pode gerenciar os cadastros dos seus outorgantes.
- 9. Direcionamento para refazer a senha cadastrada, caso o usuário a tenha esquecido.



Página do Evento



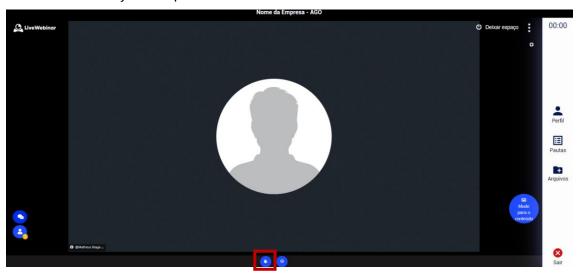
Legenda

- 1. Bate papo.
- 2. Lista de participantes.
- 3. Levantar a mão (pedir a palavra).
- 4. Cronometro.
- 5. Configurações de áudio e vídeo.
- 6. Perfil informações do perfil do usuário. No caso do acionista, ele pode verificar sua quantidade de ações.
- 7. Pautas para acompanhar e votar nas pautas.
- 8. Arquivos acessar e baixar documentos compartilhados pela companhia.
- 9. Sair do evento ("deslogar").

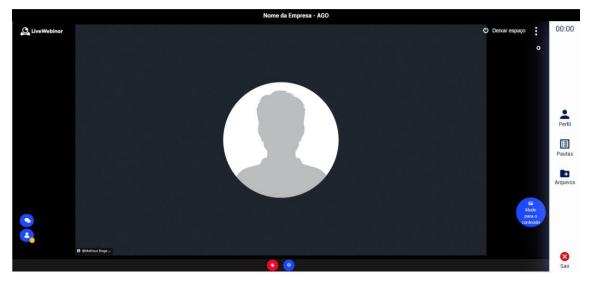


Pedir a Palavra

1. Para pedir a palavra, utilize a ferramenta "levantar a mão" disponível no centro inferior da tela. Feito isso, os palestrantes receberão um aviso e acompanharão uma fila de solicitações de palavra.

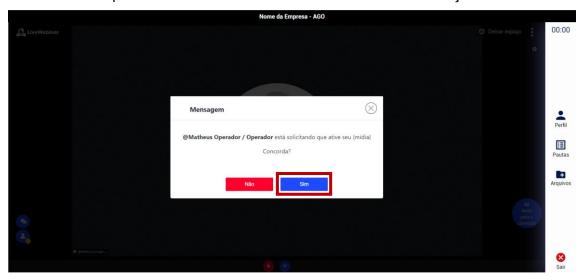


2. Enquanto a solicitação estiver ativa, o ícone de "levantar a mão" ficará na cor vermelha. O participante pode clicar novamente no ícone para cancelar a solicitação de fala.

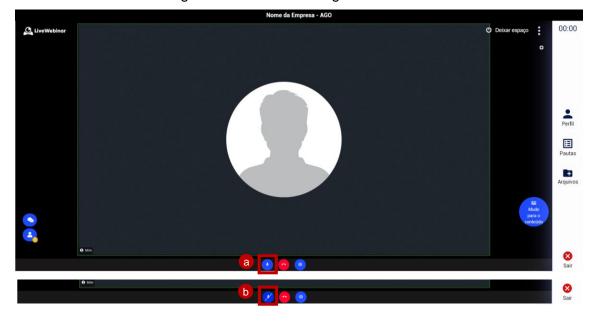




3. Assim que o nome do participante for anunciado, aparecerá uma mensagem na tela para que ele habilite o microfone. Nesse momento, o participante deve clicar no botão "Sim" para habilitar seu microfone e realizar sua manifestação oral.



- 4. Com a habilitação, o participante pode abrir e fechar o microfone clicando no ícone "Microfone" no centro inferior da tela.
 - a. Sem barra diagonal = microfone ligado
 - b. Com barra diagonal = microfone desligado



OBS: após se pronunciar, o operador irá retirar a permissão de fala do participante, fazendo que ele perca a possibilidade de abrir o microfone e volte a ter a opção de levantar a mão.



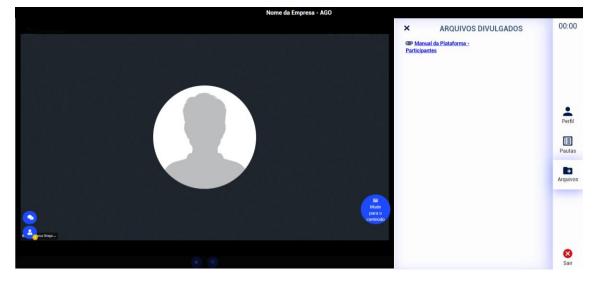
Bate Papo

1. Para quaisquer dúvidas, dificuldades ou comentários, o participante pode clicar no ícone "bate papo" solicitando ajuda. Nossa equipe de suporte monitorará as mensagens enviadas no bate-papo e, se necessário, entrará em contato com o participante para esclarecimento de dúvidas relacionadas à plataforma. Para fechar a guia é só clicar no ícone novamente.



Documentos Disponíveis

 Para fazer o download de documentos que estarão disponíveis no dia do evento é só clicar em "Arquivos" e depois clicar nos arquivos que estarão disponíveis no dia do evento.

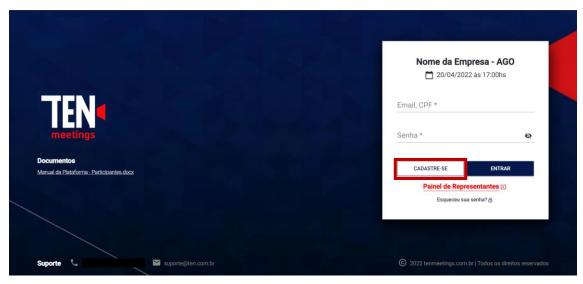




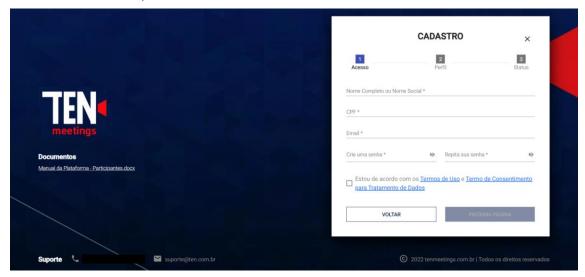
Acionista Pessoa Física

Cadastro de acionista Pessoa Física

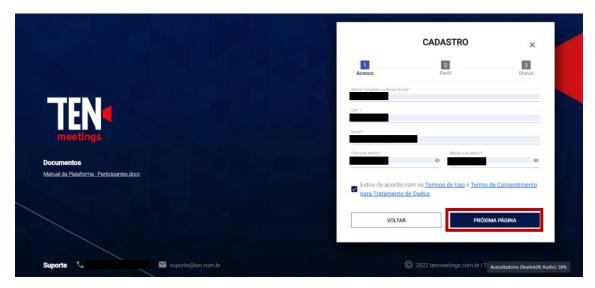
1. Clicar em "cadastre-se".



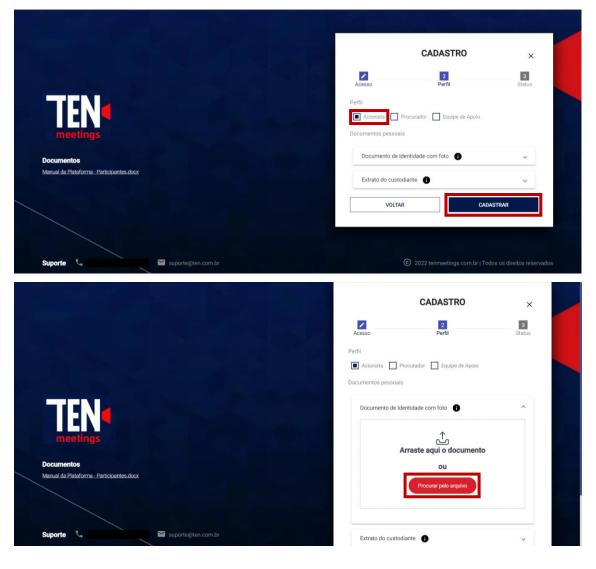
2. Preencher os dados pessoais de acesso, assinalar o acordo com os termos de uso e consentimento para tratamento de dados e clicar em "PRÓXIMA PÁGINA".





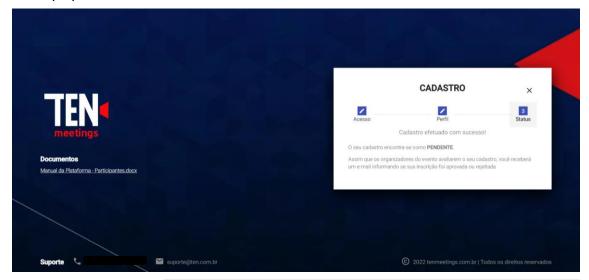


 Selecionar o perfil "Acionista", depois clicar no nome de cada documento para carregá-lo na plataforma. O acionista pode arrastar o arquivo para o local indicado ou encontrá-lo clicando no botão "Procurar pelo Arquivo". Feito isso, clicar em "CADASTRAR".





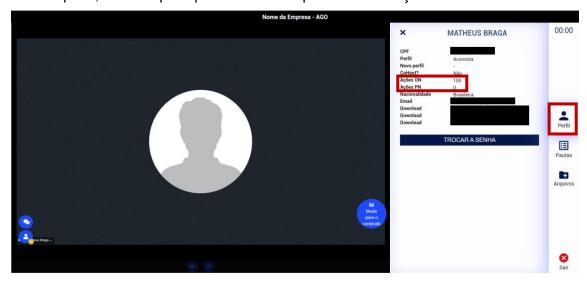
4. Ao final, o acionista receberá um e-mail confirmando que seu cadastro foi efetuado e que está esperando análise da companhia. Assim que a companhia analisar, o acionista receberá um e-mail dizendo se o cadastro foi aprovado ou reprovado. Nos e-mails de reprovação, a plataforma oferece um campo para que a companhia explique o motivo.



OBS: ainda que tenha sido aprovado, caso o acionista não possua ações na última relação da base acionária, ele não poderá entrar na assembleia.

Perfil - Acionista

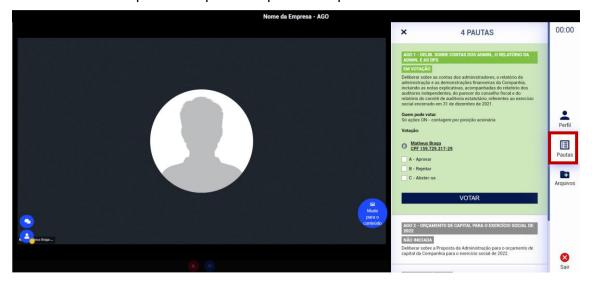
1. Ao clicar na aba "Perfil", o acionista consegue confirmar algumas informações do seu perfil, sendo a principal delas a sua quantidade de ações.



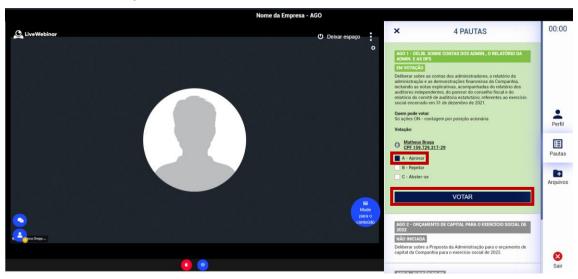


Pautas - Votar como Acionista

1. Assim que a votação é iniciada, a pauta iniciada abrirá automaticamente com um fundo <u>verde</u> e o Status "Em votação". Caso não abra automaticamente, clicar no ícone "Pautas" para acompanhar a pauta em questão.

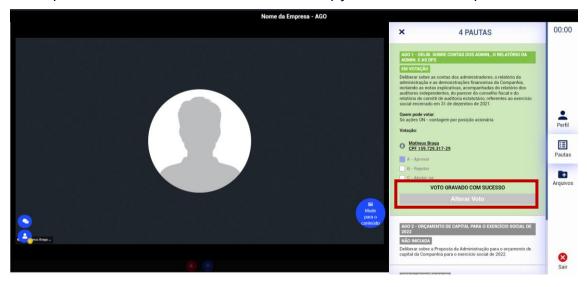


2. Selecionar a opção de voto e clicar em "VOTAR".

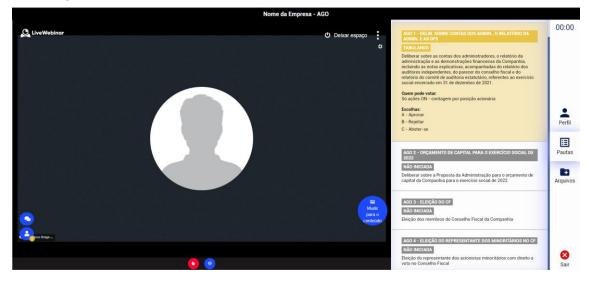




3. O acionista receberá a mensagem "Voto gravado com sucesso". Enquanto a pauta estiver aberta será possível a alteração do voto. Para isso, basta que o acionista clique em "alterar voto", selecione sua nova opção novamente e clique em "votar".

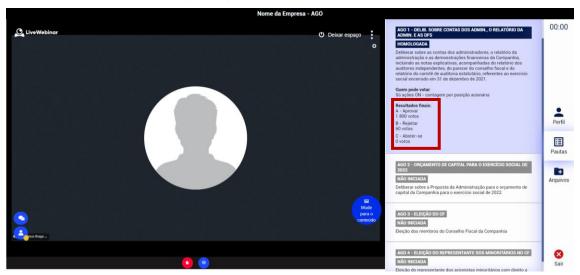


4. Ao finalizar a votação da pauta, a cor será alterada para <u>amarelo</u>, indicando que a votação está sendo tabulada.





5. Em seguida, a pauta será homologada, alterando a cor para <u>azul</u>. E o resultado será apresentado a todos os participantes.

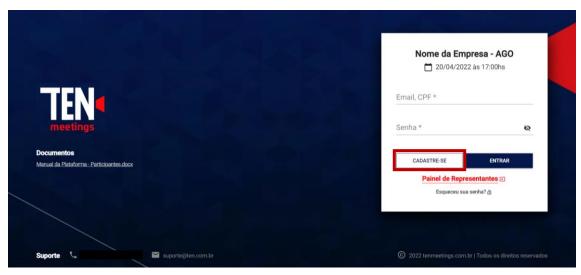




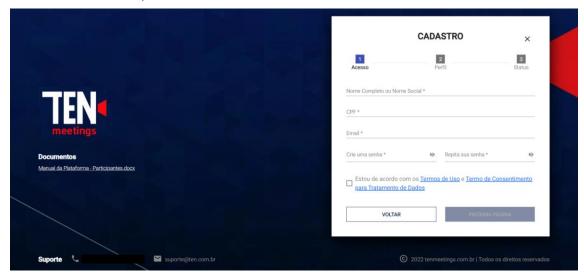
Procurador

Cadastro de Procurador e seus Outorgantes

1. Clicar em "cadastre-se".



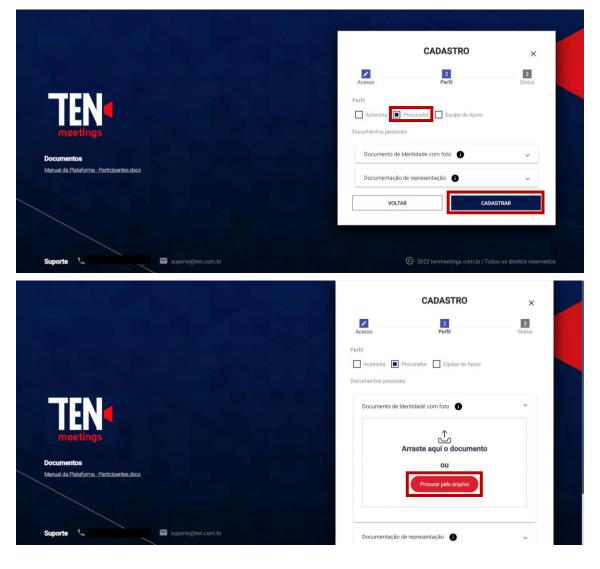
2. Preencher os dados pessoais de acesso, assinalar o acordo com os termos de uso e consentimento para tratamento de dados e clicar em "PRÓXIMA PÁGINA".







 Selecionar o perfil "Procurador", depois clicar no nome de cada documento para carregá-lo na plataforma. O procurador pode arrastar o arquivo para o local indicado ou encontrá-lo clicando no botão "Procurar pelo Arquivo". Feito isso, clicar em "CADASTRAR".

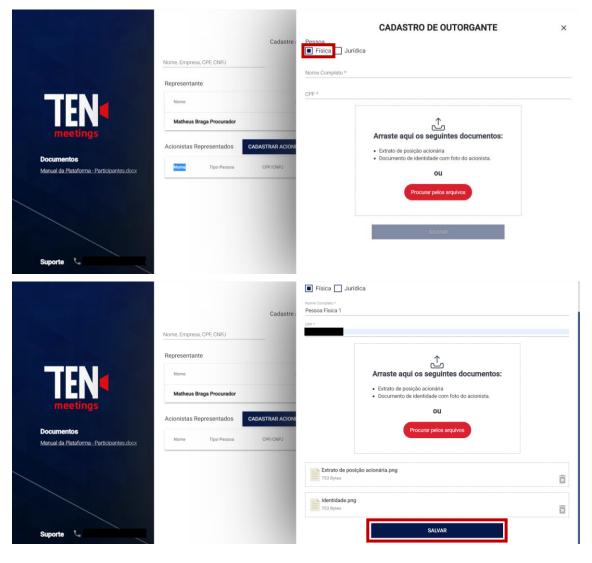




4. Logo após se cadastrar, o procurador entra no ambiente "PAINEL DE REPRESENTANTE". O cadastro dos outorgantes deve ser feito nesse ambiente, clicando em "CADASTRAR ACIONISTA REPRESENTADO".

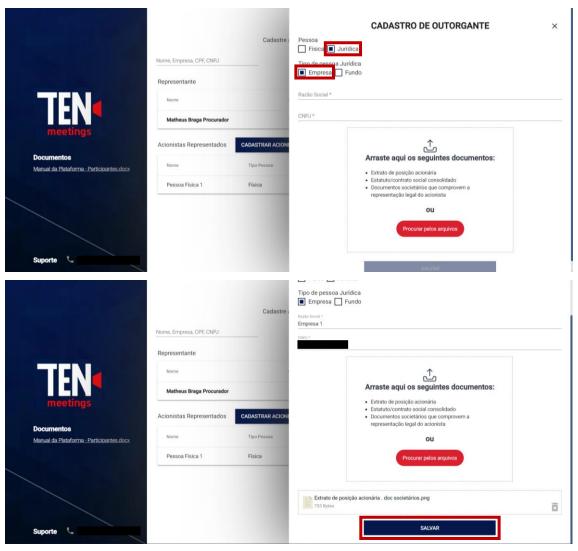


4.1. Para cadastrar um outorgante pessoa física: selecionar "Física", inserir o CPF e documentos indicados e clicar em "SALVAR".

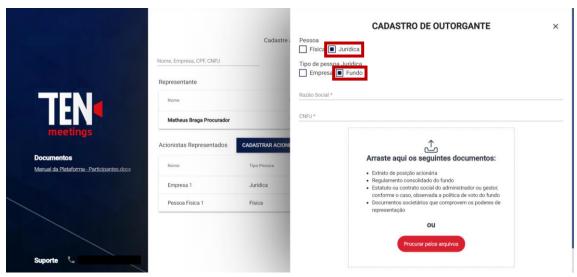




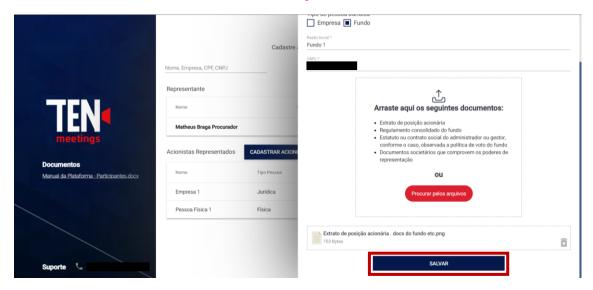
4.2. Para cadastrar um outorgante pessoa jurídica, empresa: selecionar "Jurídica", "Empresa", inserir o CNPJ e documentos indicados e clicar em "SALVAR".



4.3. Para cadastrar um outorgante pessoa jurídica, empresa: selecionar "Jurídica", "Fundo", inserir o CNPJ e documentos indicados e clicar em "SALVAR".







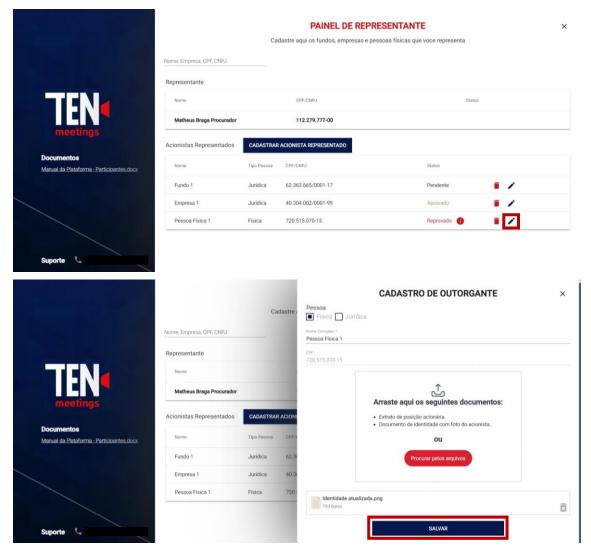
5. Todos os outorgantes ficarão pendentes da aprovação da companhia. Para cada análise realizada, além do procurador receber um e-mail informando o resultado da análise, ele também pode acompanhar o status de cada outorgante através do "PAINEL DE REPRESENTANTE".

Para os outorgantes reprovados, é possível visualizar o motivo da reprovação ao passar o cursor no ícone de informação "(i)".





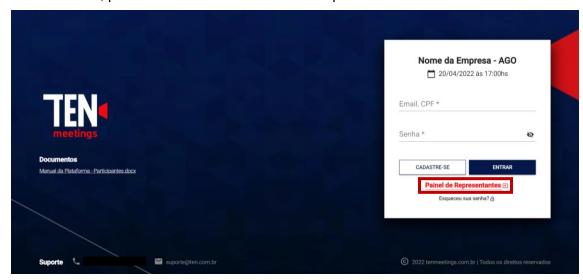
6. Para atualizar o cadastro, basta clicar no ícone lápis e repetir o processo de envio de documentos feito anteriormente.

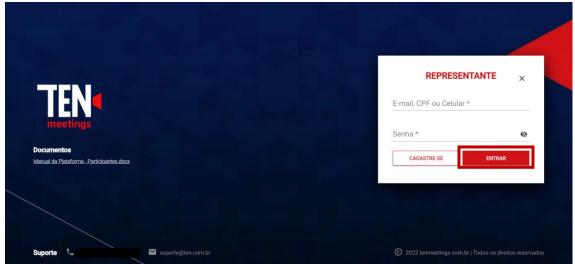


OBS: quando o cadastro for atualizado, o status do outorgante mudará de "reprovado" para "pendente" e voltará a ser a analisado pela companhia.



7. Sempre que o procurador quiser, ele pode voltar a acessar o "PAINEL DE REPRESENTANTE", clicando em "Painel de representantes" na página de acesso do evento, preenchendo os dados de acesso pessoais e clicando em "ENTRAR".

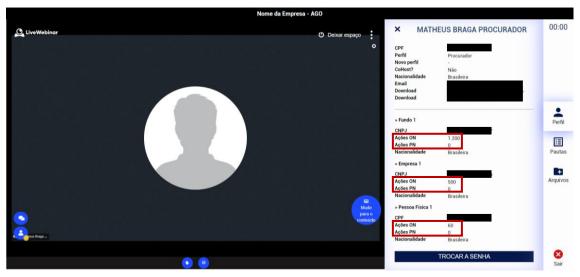






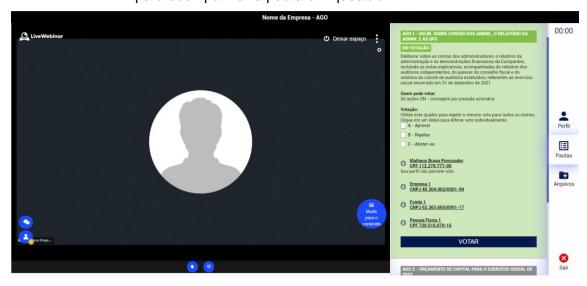
Perfil - Procurador

1. Ao clicar na aba "Perfil", o procurador consegue confirmar algumas informações do seu perfil, sendo a principal delas a sua quantidade de ações de cada outorgante.



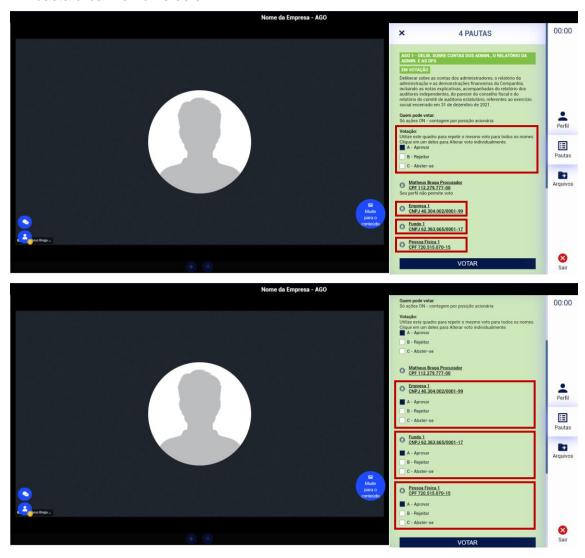
Pautas - Votar como Procurador

1. Assim que a votação é iniciada, a pauta iniciada abrirá automaticamente com um fundo <u>verde</u> e o Status "Em votação". Caso não abra automaticamente, clicar no ícone "Pautas" para acompanhar a pauta em questão.

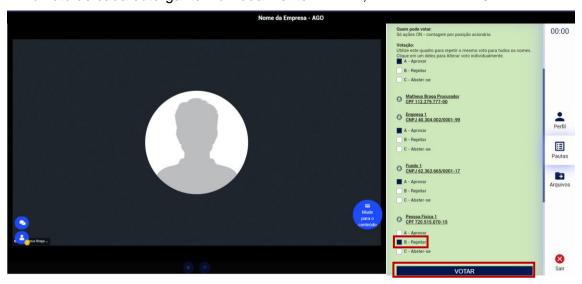




2. O primeiro bloco de opções de voto é atalho para votar da mesma forma para todos os outorgantes. Para conferir individualmente a opção de voto de cada outorgante, basta clicar no nome dele.

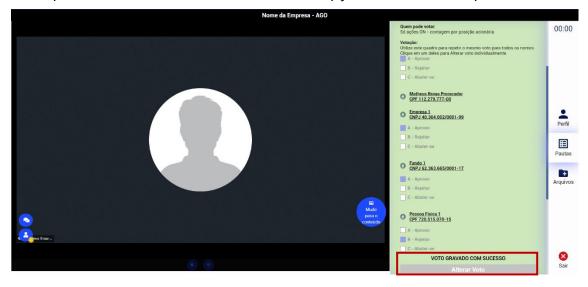


3. Após selecionar a opção de voto para todos os outorgantes, ainda é possível alterar o voto de cada outorgante individualmente. Por fim, é só clicar em "VOTAR".

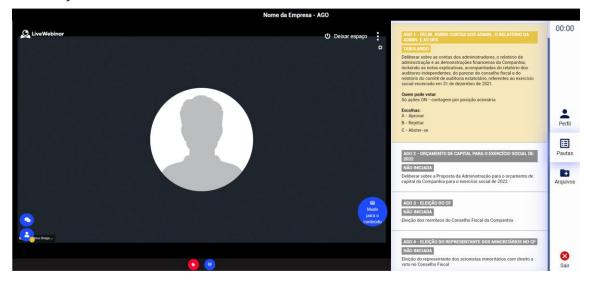




4. O procurador receberá a mensagem "Voto gravado com sucesso". Enquanto a pauta estiver aberta será possível a alteração do voto. Para isso, basta que o procurador clique em "alterar voto", selecione sua nova opção novamente e clique em "votar".



5. Ao finalizar a votação da pauta, a cor será alterada para **amarelo**, indicando que a votação está sendo tabulada.





6. Em seguida, a pauta será homologada, alterando a cor para <u>azul</u>. E o resultado será apresentado a todos os participantes.

